

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Tarcília Edna Fernandes do Nascimento

**GINGA PARA APRENDER HISTÓRIA DA ÁFRICA: JOGO COMO
RECURSO DE APRENDIZAGEM**

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

NASCIMENTO, Tarcília Edna Fernandes do.
GINGA PARA APRENDER HISTÓRIA DA ÁFRICA : JOGO
COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM / Tarcília Edna Fernandes
do NASCIMENTO. – 2017.
70 f.

Orientador: Márcia Guerra PEREIRA
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2017.

1. Material didático. 2. História da África. 3. Lei 10.639. I.
PEREIRA, Márcia Guerra, orient. II. Título.

Tarcília Edna Fernandes do Nascimento

**GINGA PARA APRENDER HISTÓRIA DA ÁFRICA: JOGO COMO
RECURSO DE APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História da África apresentada ao “Pós-Áfrikas” da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em História da África, sob a orientação da Prof^a Márcia Guerra Pereira.

Juiz de Fora

2017

DEDICÁTORIA

À Luiza e Alice por me proporcionarem a magia de voltar a ser criança.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Juiz de Fora.

A toda equipe do curso, secretário, coordenação e tutores.

A todos os professores que se dedicaram a partilhar seus conhecimentos conosco.

Aos colegas de curso, companheiros de finais de semana.

À Professora Márcia Guerra pela orientação.

Ao meu irmão, Tarcísio, por mais esta parceria.

Ao meu marido, Belletti, pelo apoio e compreensão sempre.

RESUMO

A oficialização do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da rede pública de ensino do país, é um marco no sentido de introduzir na educação brasileira a valorização e a participação de outras culturas, além da europeia. A África é um imenso continente, ocupado por muitos povos que apresentam uma grande diversidade cultural, permitindo uma riqueza de possibilidades incomparável. Ao trabalhar a História africana, com os alunos do ensino fundamental objetiva-se a análise da identidade dos povos africanos, saberes históricos, culturais e sociais, que possibilitem aos alunos uma visão positiva da África, visto que em muitos livros didáticos, o continente africano somente aparece quando o tema é escravidão e nos meios de comunicação como sinônimo de pobreza e atraso. Diante desta carência este trabalho apresenta uma alternativa de material didático sobre a cultura, sociedade e história africana capaz de introduzir o tema de maneira leve e descontraída, mais precisamente na forma de um caderno de atividades que aborda vários aspectos e temas sobre a África. Neste contexto, o trabalho apresenta pesquisas com jogos educativos cujo intuito é avaliar esses instrumentos e ampliar a possibilidade de sua utilização como ferramenta educacional, já que apresentam funções motivadoras extremamente relevantes para a aprendizagem.

Palavras-chave: Material didático, História da África, Lei 10.639.

ABSTRACT

The official education of Afro-Brazilian History and Culture, in the country's public school system curriculum, is a landmark in the sense of introducing in Brazilian education the appreciation and participation of other cultures, besides the European one. Africa is an immense continent, occupied by many peoples who present a great cultural diversity, allowing a wealth of possibilities incomparable. The work of African History with primary school students aims to analyze the identity of African peoples, historical, cultural and social knowledge, to enable students to have a positive view of Africa, since in many textbooks, the African continent only appears when the subject is slavery and in the media as a synonym of poverty and backwardness. In the face of this lack, this work presents an alternative of didactic material on African culture, society and history capable of introducing the theme in a light and relaxed way, more precisely in the form of an activity book that addresses various aspects and themes about Africa. In this context, the work presents researches with educational games whose purpose is to evaluate these instruments and to extend the possibility of their use as an educational tool, since they present motivating functions extremely relevant to learning.

Keywords: Educational Material, History of Africa, Law 10,639

SUMÁRIO

PARTE I

1-Introdução.....	08
2- A Lei 10.639/03 no âmbito da LDB e PCN	12
3- Jogos como recursos de aprendizagem.....	16
4- Apresentação e descrição do material didático elaborado	19
5- Considerações Finais.....	24
Referências Bibliográficas	26

PARTE II

GINGA: Atividades sobre a África	29
---	-----------

PARTE

III

Portfólio.....	51
-----------------------	-----------

1- INTRODUÇÃO

Em Janeiro de 2003, sancionada a lei federal 10.639/2003, os conteúdos de história da África e cultura afro-brasileira tornaram-se obrigatórios em todos os níveis da educação básica e nos cursos destinados à formação de professores para este mesmo nível de escolarização. A partir da lei os estudos sobre África e africanidades deixaram de ser exclusivamente uma demanda do movimento negro para se tornar um elemento base dos currículos escolares. Ou seja, a história da África – e com ela a história original da formação do povo brasileiro – começou a ser trabalhada e resgatada do ostracismo no qual ela havia historicamente se mantido nos currículos oficiais. Uma transformação que vem, de forma contínua e crescente, alterando o perfil do conhecimento e do ensino sobre o continente no qual a presença humana, e portanto a história da própria humanidade, tem origem. (GUERRA: 2012)

A importância de se estudar a história dos africanos e afro-descendentes no Brasil está relacionada às profundas relações que guardamos com a África. Fernando Haddad em 2010, afirma que:

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira. (*apud* MUNANGA, 2015, p. 21)

Como história da humanidade, a comprovação científica de que a África é o berço da humanidade nos impõe o desafio de pensá-la como local de origem histórica de todos os povos. E quando ressaltamos os valores e a cultura dos povos africanos reafirmamos a memória civilizatória deste continente. A lei é fruto do reconhecimento da necessidade de mudar a forma como este continente foi sistematicamente representado tão somente com imagens distorcidas, preconceituosas, equivocadas, limitadas a pobreza, atraso e escravidão.

Durante muito tempo se pensou que a África não tivesse história porque boa parte de sua

população não tinha linguagem escrita tal como o têm algumas sociedades europeias e orientais. Essa ideia levou alguns estudiosos a classificar a África de “bárbara e atrasada”¹. Hoje sabemos o quanto essa noção equivocada prejudicou o estudo da história africana e das populações afro-descendentes. Desconsiderou-se a história africana como parte integrante da história da humanidade e do Brasil o que nos levou a escrever uma história unilateral e eurocêntrica marcada por concepções racistas.

Tanto as antigas migrações combinadas com o tráfico negreiro e a colonização dos territórios invadidos, quanto as novas migrações pós-coloniais combinadas com os efeitos perversos da globalização econômica, criam problemas na convivência pacífica entre os diversos e os diferentes. Entre esses problemas encontram-se as práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de intolerâncias religiosas. As consequências de tudo isso fundamentam as desigualdades e se caracterizam como violação dos direitos humanos. Daí a importância e a urgência em todos os países do mundo, em implementar políticas que visem ao respeito e ao reconhecimento da diferença, centradas na formação de uma nova cidadania por meio de uma pedagogia multicultural. (MUNANGA, 2015, p. 25).

É a partir daqui que colocamos a questão da importância de ensinar a história da África e do negro na sociedade e na escola brasileira. Não é possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram. A análise crítica da historiografia brasileira mostra que essa história foi ensinada de maneira distorcida, falsificada e preconceituosa, comparativamente à história de outros continentes, principalmente do continente europeu. Entretanto é tardiamente que se reconhece a África como berço da humanidade, é a partir dela que a história da humanidade começa e nela se desenvolveram as grandes civilizações que marcaram a história da humanidade, como a civilização egípcia.

O propósito encaminhado pela Conferência de Durban², pelas ações afirmativas e pela lei 10.639/03 é mudar o esquema anterior, fazendo da África o primeiro marco da história da

¹ Quando a moderna disciplina de História foi introduzida nas universidades ocidentais (No século XIX, e na primeira metade do século XX) quando disciplina de História foi introduzida nas universidades ocidentais, afirma-se na Academia europeia a ideia de África, em particular a África Subsaariana, desprovida de história. As suas sociedades eram vistas como primitivas, não possuindo uma consciência histórica coletiva. Tal percepção racial sustentou ideologicamente o imperialismo europeu e foi utilizado para justificar a partilha do continente no século XIX. A mudança dessa perspectiva resulta do crescimento da luta política dos africanos ao longo do século XX. Cf. Marcia Guerra. História da África, uma disciplina em construção (2012).

² Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância associada. Aconteceu em Durban na África do Sul em setembro 2001, constituiu uma ocasião para se concentrar nas etapas práticas para lutar contra o racismo e estabelecer recomendações para combater os prejuízos da intolerância.

humanidade e da brasileira em particular. A história do Brasil e a história da África estão intimamente relacionadas, cabendo a nós educadores ampliar a discussão sobre elementos da história dos africanos, de sua cultura e não mencioná-los como simples mercadorias que enriquecia europeus e forneciam trabalho explorado. A história nacional não integra ou pouco integra os relatos de sofrimento, de resistência, de silêncio e de participação na sociedade brasileira por parte dos africanos e seus descendentes. A abolição da escravatura é apresentada como um evento do qual a República se orgulha. Mas a celebração da data até hoje tenta fazer esquecer a longa história do tráfico e da escravidão para insistir apenas sobre a ação de certos abolicionistas e marginalizar as resistências dos escravizados³.

A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador.

Faz-se necessário, portanto, transformar o tratamento desprestigiado com o qual os currículos e os livros didáticos retratam a história da África até então. Há uma recusa em considerar o povo africano como criador de culturas originais, e quase nunca é considerada como uma organização histórica. Nós professores estamos diante do desafio de recorrer a outras fontes e métodos pedagógicos para ampliar o estudo sobre a África. Assim sendo a Lei 10.639/03 pode constituir-se como uma ferramenta de luta contra-idelógica, pois o “silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava” (CHAUÍ, 2001).

Desde de 1997, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), espera-se que, ao longo do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia. A lei 10.639/03 veio para legitimar, para marcar definitivamente a importância deste papel do ensino básico brasileiro. Pois, as crianças, desde pequenas, recebem um grande número de informações sobre as relações sociais, entretanto, suas reflexões sustentam-se, geralmente, em concepções de senso comum. Cabe à escola interferir em suas concepções de mundo, para que desenvolvam uma observação atenta do seu entorno, identificando as relações sociais em dimensões múltiplas e diferenciadas. (BRASIL, 1997).

Este trabalho representa parte de um esforço coletivo que busca alcançar toda esta

³ Muito vem sendo escrito sobre o tema. Destacamos Petrônio Domingues *Salve o 13 de maio, as comemorações da abolição da escravatura (2011)* e Wlamyra R. de Albuquerque *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil (2009)*

transformação preconizada até aqui. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) resultante do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora. O curso foi elaborado para discutir as possibilidades de inserção e aplicação da história e cultura das sociedades africanas no currículo e no cotidiano escolar da educação básica. As aulas foram ministradas por pesquisadores e professores da área de estudos africanos, com o objetivo de atualizar e habilitar, nós, educadores e outros agentes sociais para refletir sobre as questões da diversidade política, socioeconômica e cultural da África, bem como compreender as diferentes conexões, diálogos e experiências dos africanos com Brasil e em outras regiões do mundo, ao longo de sua história.

Além disso, a proposta feita para este trabalho não se restringiu a um artigo científico restrito ao academicismo apartado das demandas sociais reais. Esta convocou os futuros especialistas a elaborarem um material didático para ser aplicado na educação básica. Deste modo, aqui serão debatidas algumas proposições da legislação da educação básica e onde se inserem atividades que atendam a lei 10.639. Bem como uma breve discussão teórica sobre o uso de jogos como recursos pedagógicos, uma vez que o material didático elaborado por mim se insere neste grupo. Trata-se de um caderno de atividades com temáticas, culturais, religiosas e sociais do continente africano que será apresentado e descrito em um terceiro tópico deste trabalho e disponível no formato idealizado na segunda parte deste trabalho.

2- A LEI 10.639/03 NO ÂMBITO DA LDB E PCN

Com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 2003, os estabelecimentos públicos e privados, tornam-se obrigados a prestar o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena⁴ para todas as etapas da educação básica. Segundo a LDB o conteúdo programático deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o papel do negro e do índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2003).

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura, geografia e história brasileira. Mas é no conteúdo de Pluralidade Cultural do currículo do ensino fundamental que ela se respalda com total garantia. Além da LDB, outros documentos medulares da educação brasileira são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estes determinam uma base curricular nacional comum de cada conteúdo, ainda que estes devam ser complementados por cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais.

Este documento indica que os objetivos gerais do ensino fundamental para com os alunos são que estes sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de

⁴A inclusão dos povos indígenas na lei só ocorreu em 2008 pela lei 11.645/08 de 10 de março de 2008.

etnia ou outras características individuais e sociais; perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania; conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva; utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação; saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos; questionar a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (BRASIL, 1997).

Dentre os conteúdos programados para a formação da criança do ensino fundamental, temos os já conhecidos como história, geografia, artes e literatura, nos quais a história da África deve aparecer com frequência e ser trabalhada com propósitos claros para atender a determinação da lei e do próprio PCN, como vimos acima. Mas temos também o conteúdo transversal chamado Pluralidade Cultural que diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira. (BRASIL, 1997).

Este conteúdo busca contribuir para a construção da cidadania na sociedade e propõe o desenvolvimento das seguintes capacidades nos estudantes: conhecer a diversidade do patrimônio etno-cultural brasileiro, tendo atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia; valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira; reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania; desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem

discriminação; repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais; exigir respeito para si, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra, ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão; valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural; compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças. (BRASIL, 1997)

Este conteúdo se justifica pela dificuldade histórica que temos para lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O país evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por “mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta “democracia racial”. Até mesmo na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, dos materiais didáticos e da seleção de conteúdos. O parâmetro curricular com este tema surge para marcar que essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional.

Gradativamente conquistou-se uma legislação mais preocupada com as desigualdades raciais, haja vista a lei a 10.639/03, a qual é tema e razão deste trabalho. No entanto, mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias não são tarefas simples, pois envolvem lidar com valores há muito arraigados e reproduzidos naturalmente. A escola que atualmente está na posição fundamental de promoção da reflexão e mudança, durante muito tempo e até hoje, dissemina preconceito de formas diversas. Conteúdos indevidos e até errados, notadamente presentes em materiais didáticos constituem assunto que merece constante atenção. Também contribui para essa disseminação de preconceitos certa mentalidade que vinha privilegiar certa cultura, apresentada como a única aceitável e correta, como também aquela que hierarquizava culturas entre si, como se isso fosse possível, sem prejuízo da dignidade dos diferentes grupos produtores de cultura. E embora o papel de reproduzidor de mecanismos de dominação e exclusão acompanhe historicamente a escola, cabe lembrar que esta instituição também pode ser símbolo de resistência e transformação e isso depende também, ainda que não exclusivamente, das opções e das práticas de nós educadores.

Neste sentido, os conhecimentos antropológicos devem ser inseridos na escola de alguma forma, pois a antropologia caracteriza-se como o estudo das alteridades, no qual se afirma o

reconhecimento do valor inerente a cada cultura, por se tratar daquilo que é exclusivamente humano, como criação, e próprio de certo grupo, em certo momento, em certo lugar. Deste modo, cada cultura tem sua história, condicionantes, características, não cabendo qualquer classificação que sobreleve uma em detrimento de outra.

É imprescindível, portanto a orientação de se produzir novos materiais didáticos sob a perícia de especialista em história da África que pensam sobre todas estas questões com um olhar multidisciplinar. Outro aspecto particularmente relevante refere-se à importância do estudo dos continentes de origem dos diversos grupos que compõem a população brasileira. É preciso explicitar sua ampla e variada diversidade, de forma a corrigir uma visão deturpada que homogeneiza as sociedades indígenas e africanas como se fossem de um único grupo, pela justaposição aleatória de traços retirados de diversas etnias. Assim, a valorização destes povos faz-se pela via da inclusão nos currículos de conteúdos que informem sobre a riqueza de suas culturas e a influência delas sobre a sociedade como um todo.

O estudo histórico do continente africano, com sua complexidade milenar, é de extrema relevância como fator de informação e de formação voltada para a valorização dos descendentes daqueles povos. Significa resgatar a história mais ampla, na qual os processos de mercantilização da escravidão foram um momento, que não pode ser amplificado a ponto que se perca a rica construção histórica e cultural da África. Aqui se insere a proposta de se elaborar um material didático que revele as peculiaridades de vários povos africanos, sem que estes sejam objeto de estranhamento ou deboche, mas sim de admiração e respeito.

3- JOGOS COMO RECURSOS APRENDIZAGEM

Aprender pode ser definido como o ato de tomar conhecimento, reter na memória, observação ou experiência, tornar-se apto ou capaz de alguma coisa em consequência do estudo. E há muitas possibilidades para promover a aprendizagem, sendo os jogos educativos uma delas. Segundo Verônica Haydu (*et al*, 2015), os jogos educativos são definidos como aqueles que possuem um objetivo didático explícito e podem ser adotados ou adaptados para melhorar, apoiar, promover ou fixar os processos de aprendizagem em um contexto de aprendizagem formal ou informal. Além disso, os jogos possuem regras e possibilitam o entretenimento, devendo, portanto, como qualquer outro recurso didático e metodológico, possuir objetivos definidos, coerência nas estratégias utilizadas e favorecer o alcance dos objetivos de aprendizagem. Sobretudo, o processo de aprendizagem necessita que a criança esteja motivada para que se interesse por uma atividade. E essa motivação influencia profundamente no seu processo de aprendizagem e na construção de ideias e convicções próprias. (HAYDU *et al*, 2015)

Em uma pesquisa feita por Haydu (*et al*, 2015) foram elencados as principais características dos jogos como recurso pedagógico segundo vários pesquisadores da área de psicologia educacional. A motivação foi a característica mais apontada devido à capacidade de mobilizar o educando em função do prazer provocado no momento do jogo. Diante disto, muitas são as teorias pedagógicas que afirmam que o ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois, além de ser extremamente motivador, facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem.

Na educação o brincar é um potente veículo de aprendizagem experiencial, visto que permite, através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social. Goés (2008, p 37 *apud* FANTACHOLI, 2009), sobre a atividade lúdica de maneira geral, afirma que:

(...) o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhor compreendidos e encontrar maior espaço para ser entendido como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo.

Contudo, compreender a relevância do brincar possibilita aos professores intervir de maneira apropriada, não interferindo e descaracterizando o prazer que este momento proporciona.

O jogo, mesmo quando utilizado como recurso pedagógico, não deve ser dissociado da atividade lúdica que o compõe, sob o risco de descaracterizar-se, afinal, a vida escolar regida por normas e tempos determinados, por si só já favorece este mesmo processo, fazendo do brincar na escola um brincar diferente das outras ocasiões. (FANTACHOLI, 2009).

A incorporação de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica pode desenvolver diferentes atividades que contribuem para inúmeras aprendizagens e para a ampliação da rede de significados construtivos tanto para crianças como para os jovens (FANTACHOLI, 2009).

As atividades lúdicas correspondem a um impulso natural da criança, e neste sentido, satisfazem uma necessidade interior, pois o ser humano apresenta uma tendência lúdica. O lúdico apresenta dois elementos que o caracterizam: o prazer e o esforço espontâneo. O jogo é considerado prazeroso, devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia. Em virtude desta atmosfera de prazer dentro da qual se desenrola, a brincadeira é portadora de um interesse intrínseco, canalizando as energias no sentido de um esforço total para consecução de seu objetivo. Portanto, as atividades lúdicas são excitantes, mas também requerem um esforço voluntário. As situações lúdicas mobilizam esquemas mentais. Sendo uma atividade física e mental, a ludicidade aciona e ativa as funções psico-neurológicas e as operações mentais, estimulando o pensamento (MAURÍCIO, 2016).

A brincadeira tem conquistado um espaço na educação. O brinquedo é a essência da infância e permite um trabalho pedagógico que possibilita a produção de conhecimento da criança. Ela estabelece com o brinquedo uma relação natural e consegue extravasar suas angústias e entusiasmos, suas alegrias e tristezas, suas agressividades e passividades. Uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento. Ao assumir a função lúdica e educativa, a brincadeira propicia diversão, prazer, potencializa a exploração e a construção do conhecimento. Brincar é uma experiência fundamental para qualquer idade. (FANTACHOLI, 2009).

Segundo Jean Piaget (*apud* MAURÍCIO, 2016), “o jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral”. Agindo sobre os jogos, as crianças, desde pequenas, estruturam seu espaço e seu tempo, desenvolvendo a noção de casualidade, chegando à representação e, finalmente, à lógica. As crianças ficam mais motivadas para usar a inteligência, pois querem jogar bem, esforçam-se para superar obstáculos tanto cognitivos como emocionais. (MAURÍCIO, 2016).

Assim sendo, o jogo educativo não pode ser considerado simplesmente um “passatempo” para distrair os alunos, ao contrário, corresponde a uma profunda exigência do organismo e ocupa lugar de extraordinária importância na educação escolar. Estimula o crescimento e o desenvolvimento, a coordenação muscular, as faculdades intelectuais, a iniciativa individual, favorecendo o advento e o progresso da palavra. Estimula a observar e conhecer as pessoas e as coisas do ambiente em que se vive. Através do jogo o indivíduo pode brincar naturalmente, testar hipóteses, explorar toda a sua espontaneidade criativa e conhecimento acumulado.

Como sabemos, o jogo é a mais importante das atividades da infância, pois a criança necessita brincar, jogar, criar e inventar para manter seu equilíbrio com o mundo. A importância da inserção e utilização dos brinquedos, jogos e brincadeiras na prática pedagógica é uma realidade que se impõe ao professor. Brinquedos não devem ser explorados só para lazer, mas também como elementos bastante enriquecedores para promover a aprendizagem. Através dos jogos e brincadeiras, o educando encontra apoio para superar suas dificuldades de aprendizagem. Os professores precisam estar cientes de que a brincadeira é necessária e que traz enormes contribuições para o desenvolvimento da habilidade de aprender e pensar (MAURÍCIO, 2016).

4- APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO ELABORADO

Como advertido no início deste trabalho, sua culminância é a apresentação de um material didático capaz de inserir e aplicar a história e a cultura das sociedades africanas no currículo e no cotidiano escolar da educação básica. Diante disto, o material aqui apresentado trata de um caderno de atividades, organizado com jogos popularmente conhecidos como “passatempos” (cruzadinhas, caça-palavras, sete-erros etc.) com temáticas culturais, religiosas e sociais do continente africano.

Este caderno pretende atender a demanda por História da África na medida em que fornece uma série de informações de diferentes aspectos da diversidade cultural e social africana. Como é um material destinado a alunos dos 4º e 5º anos do ensino fundamental foi necessário um grau de aprofundamento moderado e linguagem coloquial, baseado em materiais paradidáticos destinados a esta fase. De modo que a cada atividade apresentamos um breve texto com explicações gerais sobre o tema tratado a fim de introduzir um novo universo de conhecimento que será reforçado no jogo. O objetivo é estabelecer alternativa aos temas frequentemente tratados nas salas de aula sobre a África e o negro, tais como o sistema escravista no Brasil e o tráfico de escravos que perpetuam uma imagem desfavorecida do continente e colaboram mais com a formação de estereótipos do que com a construção do saber histórico.

As fontes para estes textos e escolhas dos temas de cada atividade partiram do acesso a diferentes referências bibliográficas e materiais usados e recomendados durante o curso, além de sites, vídeos e livros didáticos e de literatura infantil descobertos durante a pesquisa para este material.

As atividades foram integralmente elaboradas durante a confecção deste trabalho e pensadas exclusivamente para este fim. Busca estabelecer reflexões nos campos da Linguística e Literatura Infantil, História, Geografia, Religião, Antropologia, Sociologia, Comunicação e Artes, possibilitar discussões e questionamentos que possam esclarecer as diferentes crenças, costumes e práticas sociais entre diferentes sociedades, aprofundar e ampliar conhecimentos, questionamentos e reflexões relacionados às diversidades existentes na sociedade, observando o que é praticado em relação aos problemas gerados pelos preconceitos étnicos.

Também são abordados assuntos relacionados à história da África que possam trazer informações sobre sua localização geográfica, o mapa do continente africano, os países que o

compõem, seu espaço físico geográfico, seu clima, seus costumes, seus idiomas, seus ilustres, etc. E por fim, a partir das informações obtidas levar os alunos a observar constatações que vinculam a cultura africana a seus próprios valores adaptados ao seu contexto social brasileiro, como língua, costumes, religião e política. Constatação que pode mostrar que o Brasil é um país multi-étnico e pluri-cultural, portanto todos devem ser incluídos, e ter garantido o direito de aprender e de produzir conhecimentos.

Contudo, antes de apresentar o material didático, sinto a necessidade de fazer uma observação sobre como qualificar este tipo de jogo. Optei por não designá-lo, nem aqui, nem no próprio caderno como “passatempo”, pois, após as leituras sobre a importância do brincar para a aprendizagem, chego a conclusão de que em situação nenhuma qualquer brincadeira adquire meramente este caráter.

Existem sim diferenças entre o jogo pedagógico e outro de caráter apenas lúdico. O primeiro é desenvolvido com a intenção de provocar aprendizagem significativa, estimular a construção de novo conhecimento e principalmente despertar e operar conhecimentos, ou seja, o desenvolvimento de uma aptidão ou capacidade cognitiva e apreciativa específica que possibilita a compreensão e a intervenção do indivíduo nos fenômenos sociais e culturais e que o ajude a construir conexões. Mas o segundo altera o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento. Além de propiciar diversão, prazer e potencializar a exploração e a construção do conhecimento. Portanto, brincar não alude, definitivamente a passar tempo, neste sentido oco que se atribui ao termo.

A seguir apresento um quadro com as atividades, o tema e a finalidade que espero que cada uma das atividades alcance:

Título: GINGA: ATIVIDADES SOBRE A ÁFRICA

Formato: páginas A4 contendo capa, apresentação, informação sobre título e capa, dez atividades, cinco “Você sabia?”, glossário e soluções.

Autor: Tarcília Edna Fernandes do Nascimento

Ilustrações: Cláudio Melo

Temas: Símbolos, mitos, arquétipos, crenças, história, provérbios, tradições, ciência, arte, geografia, linguagem, estética, organização social, valores.

Indicação: Ciclo 1 do ensino fundamental: indicado para alunos dos 4º e 5º anos.

Atividade	Tema	Finalidade
1-Título	Rainha Ginga de Angola	Apresentar uma importante figura da história da África, ícone de resistência e ao mesmo tempo enfatizar as relações entre esta história e o cotidiano brasileiro.
2- Capa	Máscaras africanas	Valorizar a cultura tradicional dos povos africanos, bem como suas manifestações artísticas e capacidade criativa. Incentivar o conhecimento e o respeito em relação a diversidade de crenças.
3- Criptograma	Provérbios africanos	Apresentar as construções filosóficas africanas baseadas na solidariedade e na empatia mostrando como estas civilizações elaboravam e refletiam sobre sua existência e ação prática.
4-Caça-palavras	Palavras banto	Mostrar a dimensão da influência africana em vários seguimentos da sociedade brasileira, tais como culinária, religiosidade, danças, dentre outros valores culturais que foram incorporados pela população; Dar ênfase na presença da língua banto na língua falada no Brasil e no quanto ela enriquece nosso vocabulário.
	Tradição oral	Apresentar diferentes formas de linguagens que ampliam as possibilidades de expressão para além da verbal, forma predominante de comunicação na maioria das sociedades; Permitir o entendimento da importância de diferentes códigos lingüísticos, de diferentes manifestações culturais; Conhecer a existência do uso de outras línguas diferentes da Língua Portuguesa.
5-Pinte os espaços marcados	Fachada das casas dos Ndebeles	Levar o estudante a reflexão de que a história da África antecede a colonização Européia e que muitas formas de resistência foram criadas como fuga de um processo colonial perverso e violento; Valorizar a cultura tradicional dos povos africanos, bem como suas

		manifestações artísticas e capacidade criativa.
6- Desembaralhe as letras	Países do continente africano	Expor a África como um continente imenso e plural. Esclarecer sobre a confusão que leva as pessoas a tratarem a África como uma região homogênea ou até mesmo um único país; Familiarizar os estudantes a configuração cartográfica do continente africano; Apresentar todos os países que compõem a África.
7-Figuras diretas	Egito	Romper estereótipos de pobreza e subdesenvolvimento dos países da África; Associar o continente a grandeza e papel fundamental para a história da humanidade da civilização egípcia.
	Símbolos Adinkras	Levar o estudante a reflexão de que a história da África antecede a colonização Européia; Valorizar a cultura tradicional dos povos africanos, bem como suas manifestações artísticas e capacidade de invenção complexa.
8-Sete erros	Tecidos	Valorizar a estética africana atentando para o valor artístico-cultural das formas de expressão em contexto colonial; Apresentar alternativas em relação ao padrão de estética eurocêntrica.
9-Labirinto	Tuaregue	Conflitar o olhar etnocêntrico expondo formas culturais diversificadas dentro da África, sobretudo religiosa, econômicas e de organização social.
10- Jogo da memória	Mitologia Yorubá	Apresentar e valorizar as religiões tradicionais dos povos africanos; Romper com noções equivocadas que associam as religiões africanas ao conceito ocidental de mal; Incentivar o conhecimento e o respeito em relação a diversidade de crenças.

11-Você sabia?	Universidades Nobel Países, línguas e religiões Origem do Hominídeo Matriz Banto	Lançar breves informações sobre o continente para ampliar o conhecimento sobre sua população, costumes, cultura, história, acontecimentos importantes e a participação dos africanos nos processos de desenvolvimento científico e social do mundo.
----------------	--	---

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficialização do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, no currículo da rede pública de ensino do país, é um marco no sentido de introduzir na educação brasileira a valorização e a participação de outras culturas, além da européia. A África é um imenso continente, ocupado por muitos povos que apresentam uma grande diversidade cultural, isso permite uma riqueza de possibilidades incomparável. Ao trabalhar a História africana, com os alunos do ensino fundamental objetiva-se a análise da identidade dos povos africanos, saberes históricos, culturais e sociais, que possibilitem aos alunos uma visão positiva da África, visto que em muitos livros didáticos, o continente africano somente aparece quando o tema é escravidão e nos meios de comunicação como sinônimo de pobreza e atraso.

Neste contexto, o trabalho apresenta pesquisas com jogos educativos cujo intuito é avaliar esses instrumentos e ampliar a possibilidade de sua utilização como ferramenta educacional, já que apresentam funções motivadoras extremamente relevantes para a aprendizagem. Assim sendo os jogos não são apenas um instrumento que proporciona diversão, mas são também uma tecnologia capaz de facilitar e acelerar a aprendizagem.

Na opinião de Maluf (2003, p. 18), tanto Piaget, como Wallon, Vigotsky e outros pensadores da pedagogia moderna, atribuíram ao brincar da criança um papel decisivo na evolução dos processos de desenvolvimento humano, como maturação e aprendizagem, embora com enfoques diferentes. A brincadeira não é um mero passatempo, ela ajudando desenvolvimento das crianças, promovendo processos de socialização e descoberta do mundo. (MALUF, 2003).

Diante desta carência, este trabalho apresentou uma alternativa de material didático sobre a cultura, sociedade e história africana capaz de introduzir o tema de maneira leve e descontraída, mais precisamente na forma de um caderno de atividades que aborda vários aspectos e temas sobre a África. O trabalho apresentado buscou o rompimento com práticas educativas segregadoras e indiferentes a diversidade cultural no cotidiano escolar. Existe um silenciamento acerca da produção cultural do continente africano, quando não, verificamos a sua inferiorização e folclorização.

Ao fazer referência aos valores africanos de forma respeitosa, evidencio as contribuições do continente para nossa história e construção de nossa identidade que é rica em cores, formas e movimentos. A música que apreciamos, a fé que professamos, a literatura que nos provoca, a

gastronomia que saboreamos, dentre outros, realçam em nós uma beleza que não pertence unicamente aos padrões instituídos pela racionalidade moderna eurocêntrica e isso precisa ser registrado oficialmente nos currículos escolares.

Se a produção e a transmissão do saber, na escola, não forem mediados pela particularidade cultural da população negra, as práticas pedagógicas continuarão punindo as crianças negras que o sistema de ensino não conseguiu ainda excluir, aplicando-lhes o seguinte castigo: reclusão, ritualizada em procedimentos escolares de efeito impeditivo, cujo resultado imediato é o silenciamento da criança negra, a curto prazo, e o do cidadão, para o resto da vida.” (PEREIRA, 2016 p. 29)

Por fim cito o trabalho de Daise Pereira (2016) no qual ela alude os próprios valores africanos para justificar nosso compromisso como educadores em relação a história da África. A *Circularidade* que vem nos lembrar que o início e fim estão ligados. Não há hierarquia, pois quando se está em círculo, todos se veem com a mesma ótica. A *Corporeidade* que nos mostra que o corpo tem muito a falar com seus movimentos. O corpo é história que precisa ser contada. A *Memória* nos ajuda a compreender que somos feitos de histórias, mas que, por vezes, são distorcidas, nos tirando o sentimento de pertença do que podemos vir a ser. A *Ancestralidade* nos faz transcender para além da materialidade da vida, onde a memória dos nossos anciãos carrega um grande legado. A *Religiosidade* nos convida a uma relação com os elementos da natureza e com o ser humano de maneira mais transcendente, respeitosa e harmoniosa. A *Oralidade* provoca-nos a perceber as múltiplas vozes do cotidiano. A *Ludicidade* nos rememora a necessária arte de viver em meio às contrariedades da vida sem perder a capacidade de brincar e sorrir. Aqui, entendemos a brincadeira como uma potente ferramenta pedagógica, visto que é considerada como uma linguagem infantil. E a *Musicalidade* nos dá o tom, para embalar nossos enredos cheios de ritmo, sonoridade e melodia. (PEREIRA, 2016 p. 47)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BENTO, Marlene de Fátima. **Tecidos africanos: histórias estampadas**. Governo do estado do Paraná. Curitiba: 2010.
- BESSA, Valéria da Horta. **Teorias da aprendizagem**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Versão atualizada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acessado em 05 de novembro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. Planalto. [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](https://www.planalto.gov.br/). Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso no dia 05 de novembro de 2016.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>>. Acessado em 05 de novembro de 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Salve o 13 de Maio: as comemorações da abolição da escravatura. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011
- EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **A escola: relato de um processo inacabado de construção**. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007.
- FANTACHOLI, Fabiane das Neves. **A importância do brincar na educação infantil**. Artigo Final elaborado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado/bacharel em Pedagogia, sob a Orientação da Professora Esp. Maria Ângela Garcia de Almeida. Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, Maringá – Maringá: novembro de 2009.
- GASPAR, Eneida Duarte. **Falando banto**. Editora Pallas. Rio de Janeiro: 2007.
- GUERRA, Marcia. **Historia da África: uma disciplina em construção**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação, História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 2012
- HAYDU, Verônica Bender ; PANOSSO, Mariana Gomide; SOUZA, Silvia Regina de. **Características atribuídas a jogos educativos**. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto de 2015: 233-241.
- JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação - Vol 25, número 2, 1995.
- MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado**. Ed. Vozes, 2ª E. RJ, 2003.
- MAURÍCIO, Juliana Tavares. **Aprender brincando: o lúdico na aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp140.htm>>. Acesso no dia 01 de dezembro de 2016.
- MILAGRES, Jóvirson. **Ao som do urucungo: cantando e recontando a história da capoeira e do Brasil**. Editora Editar Associada, Juiz de Fora: 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

OLIVA, Anderson Ribero. **A História da África nos bancos escolares:** representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461.

PEREIRA, Daise dos Santos. **A questão étnico-racial a partir do olhar da criança:** a inclusão da diversidade por meio de experiências escolares instituintes. Dissertação de mestrado (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2016.

PEREIRA, Júnia Sales. **Diálogos sobre o Exercício da Docência:** recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 147-172, jan./abr., 2011.

PICOLÉ. Coquetel. Ediouro Editora. Rio de Janeiro: nº131, dez. 2008.

PICOLÉ. Coquetel. Ediouro Editora. Rio de Janeiro: nº167, jun. 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Objetos do Caldeirão:** museu, memória e cultura material (1936-1997). Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, p. 366-384, julho-dezembro de 2011.

SUPERALMANAQUE DISNEY. Editora Abril. São Paulo: nº 53, jun. 2002.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. **História Geral da África:** Metodologia e Pré-História da África. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 139-164.

Sites consultados:

<http://www.africaeaficanidades.com.br/>

<http://www.africanidad.com/>

<http://www.geledes.org.br/>

<http://www.pordentrodaafrica.com/>

<https://pt.wikipedia.org/>

<http://www.ufjf.br/posafrikas/>

<https://africadoladodeka.com/>

<https://www.youtube.com/watch?v=1kP5oX50SDU>

PARTE II – MATERIAL DIDÁTICO

Escrito por Tarcília E. F. Nascimento

Ilustrado por Cláudio Melo

Atividades sobre a África

Nº 1
Cinga



Indicado para crianças
dos 4º e 5º anos do
ensino fundamental

Caro aluno,

Apresento a você GINGA, um caderno de atividades sobre a África!

Aqui você vai aprender várias coisas sobre um continente que tem muito a ver com o Brasil e é muito importante para a história de toda a humanidade. E o mais legal é que você vai aprender se divertindo.

Cada atividade tem um textinho contando um pouco sobre o tema da brincadeira, mas isso pode ser só o começo, você pode pesquisar na internet pra conhecer ainda mais.

Se surgir qualquer palavra que você não conheça, no final do caderno tem um glossário com o significado de algumas palavrinhas mais incomuns.

Não se esqueça de colorir todos os desenhos, as atividades ficarão mais legais depois que você der a sua cara para elas.

E depois de resolver as atividades e quiser conferir se está certinho, dê uma espiadinha nas soluções, que estão no final do caderno também. Mas olhe lá, não vai colar, heim!!! Espero que goste, pois cada atividade foi preparada com muito carinho para que esta brincadeira represente um momento de descoberta e fascínio por este lugar espetacular chamado ÁFRICA!

Boa diversão e aprendizagem, Tarcília.

Por que Ginga?

Na história, Ginga (Também conhecida como Jinga, Singa, Zhinga e Nzinga) foi uma poderosa Rainha de Angola nascida em 1582. Ficou conhecida por combater e resistir ao domínio dos portugueses que queriam escravizar seus súditos e por ter um forte exército formado por mulheres.

Na capoeira Ginga é o principal movimento, aquele que dá sustentação e apoio aos golpes. É com a ginga que o capoeirista se defende com as mãos e os braços.

Então, não há como negar a relação entre o movimento de corpo da capoeira e a fama dessa rainha guerreira, muito versátil no tratamento com seus inimigos.



Rainha Ginga de Angola

O desenho da capa

Dentro da arte africana, as esculturas são as formas de arte mais conhecidas e muitas vezes possuem um sentido mágico e religioso.

Para os africanos, as esculturas são objetos para conversar com os deuses e uma maneira de se mostrar e diferenciar dos demais povos.

As máscaras são uma espécie de escultura africana.

O continente africano é enorme e habitado por vários povos, por isso as máscaras podem variar de uma região para outra.

A maioria das máscaras é feita em madeira, afinal para os africanos a árvore é guardiã de poderes mágicos.

Além da madeira, outros materiais podem ser usados nas máscaras, como pedra, marfim, ouro, cobre e bronze.

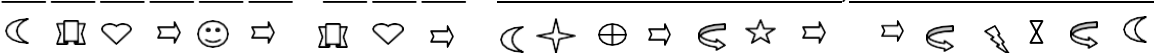
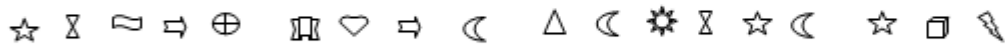
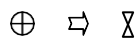
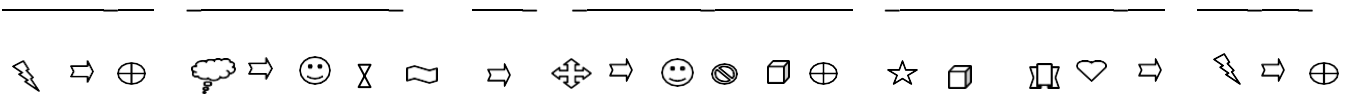
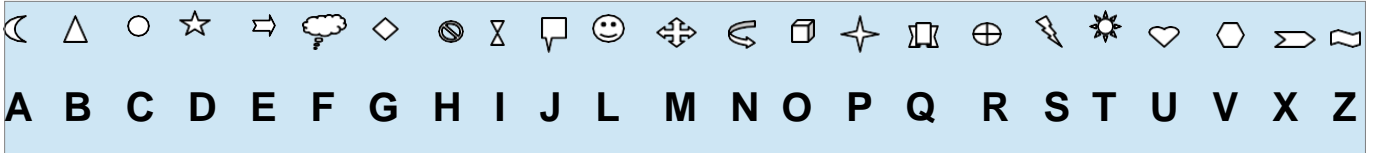
Que tal colorir estas máscaras e ver como ficam?



Sábias palavras

Os **provérbios** são ditos populares (frases e expressões) que transmitem conhecimentos comuns sobre a vida. Muitos deles foram criados na antiguidade, porém estão relacionados a aspectos muito presentes na vida das pessoas, e por isso são utilizados até os dias atuais. O continente africano com suas dezenas de países, diversos modos de vida, diversas vegetações e climas, com certeza, tem muitos ensinamentos sábios. Vamos tentar descobrir alguns provérbios de origem africana?

Troque os símbolos pelas letras e descubra alguns provérbios africanos muito espertos.



A memória viva da África

Os povos africanos são civilizações de **tradição oral**. E o que isso quer dizer?

Povos ditos de tradição oral tratam a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de **preservação** da sabedoria dos mais antigos.

A tradição oral pode ser entendida como um **testemunho** transmitido pela palavra dos mais velhos para os mais novos. Algumas pessoas são consideradas especiais, por serem as melhores testemunhas das histórias, pois tem uma **memória** excelente. Também são uma espécie de **arquivistas** de fatos passados e até mesmo de fatos atuais. Eles são chamados de **Doma** ou **Soma**, que quer dizer "**Conhecedores**". Os grandes "Conhecedores" são famosos e muito admirados.

Agora que você aprendeu mais sobre a tradição oral na África, procure e marque no quadro as palavras destacadas no texto.

CRGCHWUJWJBFBRGGFBAKOCBEBM
COIOANNNDNDVPBGEGGBDBNMNCVO
OFFAXINTRADIÇÃOORALPIUTROVF
NHBCTEHMHGHVFCRETYGEZAQEOP
EDGGWRTEBDNJCACEVNVFLÇPORH
CEACXSZQTYFHGEHIIEJDEÀBNGAM
EVDRROÃÇAVRESERP BAMODAIRDA
DAIRÓMEMSCDIVRTGVBHJNMKIOOR
OSOJVURBNREHBAJIAQRDBRAMOS
RRSRVOFTESTEMUNHOF OFIVFÇVHF
EEBVPLFQREGBVEBRELHEVSOMAF
SSKHGYDTÃISSIARQUIVISTASIDE S
ARQUOVLIOSOMAOAHETDBC GFOMK

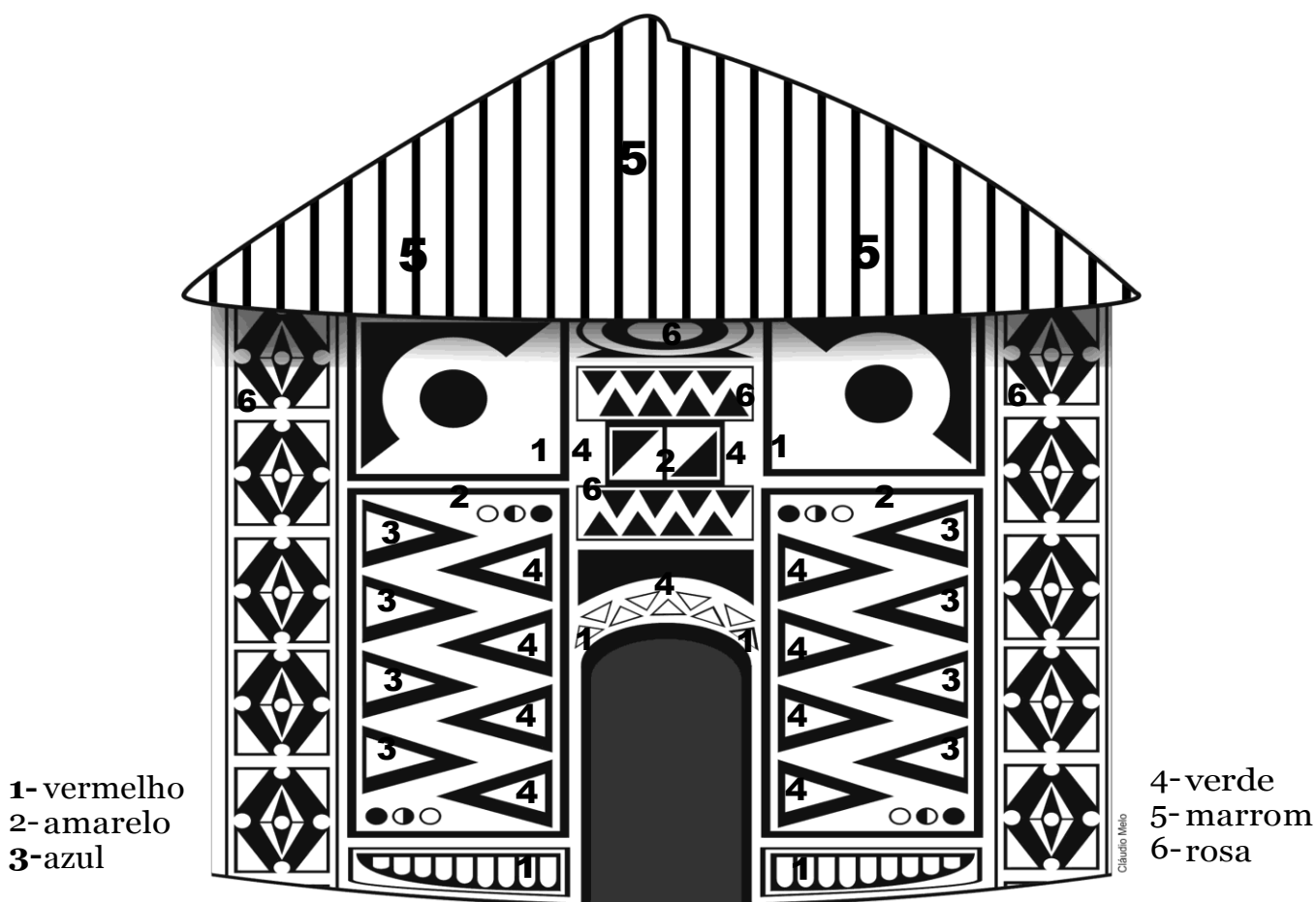
Você sabia?

Charles Darwin foi o primeiro cientista a publicar uma teoria importante sobre a origem e a evolução do homem e a apontar a África como o seu lugar de origem. Pesquisas realizadas nos últimos cem anos confirmaram inúmeros pontos do seu trabalho. Há boas razões para se acreditar que a África seja o continente onde os homínídeos surgiram pela primeira vez e onde desenvolveram a postura ereta (corpo na vertical) e o bipedismo (andar sobre dois pés).

A casa é uma obra de arte!

A África é um continente cheio de curiosidades e costumes interessantes. Um deles vem de um povo chamado Ndebeles, da África do Sul e Zimbábue, que tem o costume de pintar, ou melhor, estampar suas casas com muitas cores e formas marcantes. Acredita-se que após uma terrível derrota numa guerra contra colonos, o povo oprimido passou a utilizar as pinturas como forma de comunicação secreta. O costume de pintar as fachadas das casas não era percebido pelos inimigos como um código, mas vistos apenas como algo decorativo. A resistência contra os colonizadores foi marcada por estes murais coloridos sempre pintados por mulheres, tornando-se uma tradição passada de mãe pra filha. Que bonita deve ficar uma casa assim, não é mesmo?

Pinte os espaços numerados com as cores correspondentes e vejamos como ficou a sua casa



Você sabia?

Prêmio Nobel é um conjunto de prêmios internacionais concedidos todos os anos, em várias categorias, em reconhecimento a alguém que tenha contribuído muito para os avanços culturais e científicos da humanidade, melhorando a vida de muitas pessoas no planeta. Veja só quantos prêmios foram para africanos: 3 Nobel de Literatura, 2 Nobel de Química, 2 Nobel de Medicina e 6 Prêmios Nobel da Paz.

Países da África



A África é o terceiro maior continente em território e o segundo mais populoso do mundo. Possui 54 países onde moram 14% da população mundial.

Agora que você já sabe mais sobre este continente maravilhoso, observe o mapa e tente desembaralhar as letras e descobrir o nome do país que elas formam.

RCADASMGAS _____

BÂZAIM _____

OSRAMORC _____

ALMI _____

CHEDA _____

ÉLARGIA _____

ÃOUDS _____

OGNCO _____

ÁEWZMIBB _____

NAUDAG _____

O Egito é na África!

A civilização egípcia se desenvolveu nas margens do Rio Nilo no norte do continente africano. Foi formada pela mistura de vários povos que se instalaram ali a mais ou menos 6 mil anos. O faraó era considerado uma divindade e governava com poder absoluto. Cleópatra foi a rainha egípcia mais famosa. A religião egípcia era baseada no politeísmo, ou seja, o culto a vários deuses. Hórus era um dos principais deuses e seu olho era considerado um dos amuletos mais importantes no Egito Antigo, e era usado como representação de força, segurança e saúde. Eles acreditavam em vida após a morte e no retorno da alma ao corpo, por isso cultuavam os mortos e desenvolviam técnicas de fazer múmias, para conservar os corpos. Os egípcios desenvolveram o estudo da matemática, voltada principalmente para a construção de pirâmides.

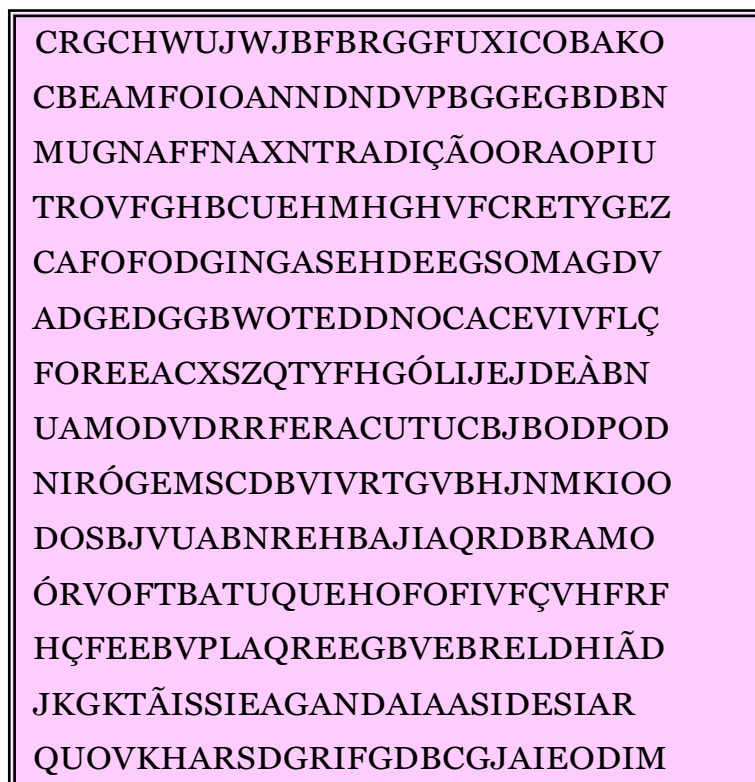
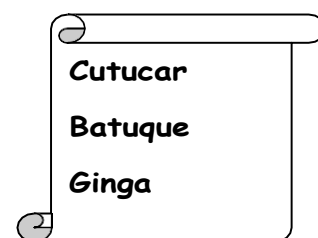
Escreva o nome de cada figura na direção indicada. Um nome já está escrito como exemplo e muitas dicas estão no texto que você acabou de ler.

The crossword puzzle grid consists of yellow cells. The word "POLITEISMO" is pre-filled vertically in the center. The grid is surrounded by various Egyptian-themed illustrations: a Nile river, a mummy, pyramids, a pharaoh, a woman's face, a map of Africa, and the Eye of Horus.

Nós falamos banto?

O termo Banto é usado para identificar um grande grupo linguístico, composto por centenas de línguas africanas que, provavelmente, possuía a mesma origem e que eram faladas por um grande número de povos que moravam em algumas regiões do continente africano. Entre os falantes deste grande grupo linguístico estão os Congos, os Angolas e os Benguelas, falantes das línguas africanas que mais influenciaram o português falado no Brasil.

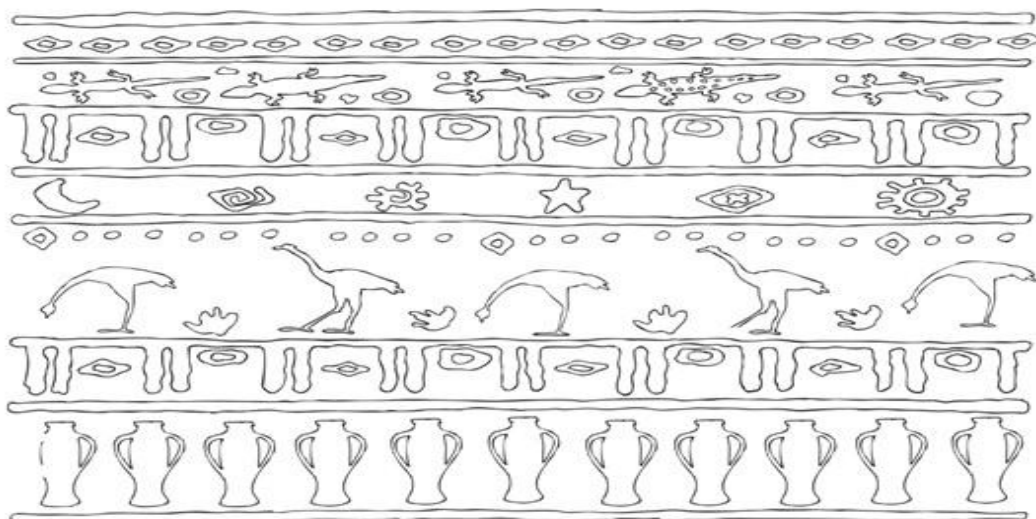
A seguir algumas palavrinhas que você usa sempre e nem sabia que são de origem africana. Encontre-as e marque-as no caça palavras.



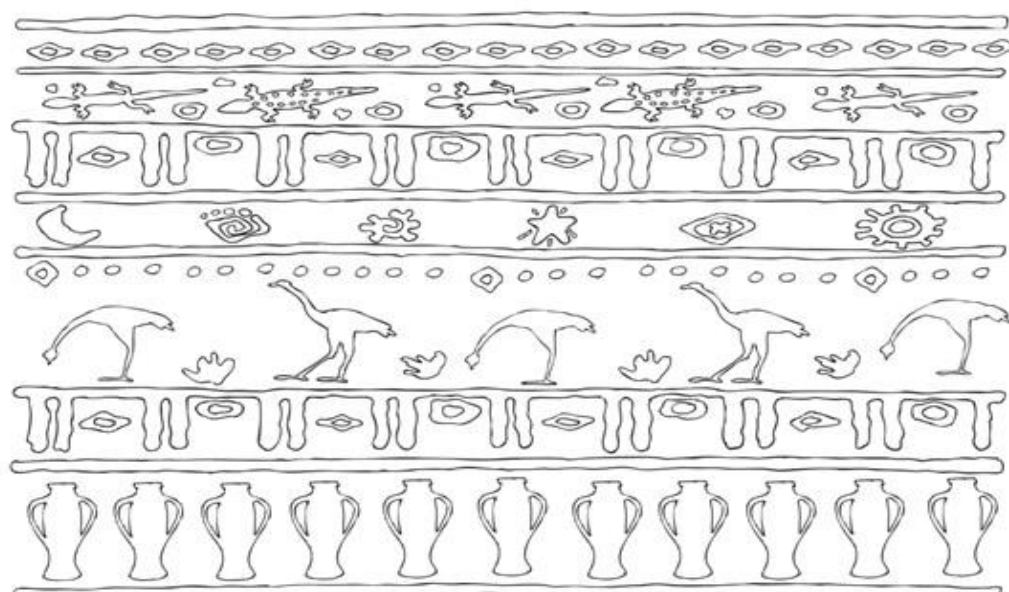
Histórias estampadas

Os tecidos desempenham um papel muito importante nas sociedades africanas, além de serem usados como vestimentas eles são vistos como símbolos de riqueza. Na antiguidade chegaram até a ser usados como moeda de troca de tão valiosos que eram. Em alguns povos suas histórias e costumes são estampados nos tecidos e é possível compreender um pouco de um povo só pelos desenhos das roupas que usam. A importância dos tecidos é tanta que a maioria das pessoas sabiam tecer, além disso, muitos países da África são grandes produtores de algodão que é a matéria prima dos tecidos.

Aposto que você nem imaginava que os tecidos eram tão importantes! Que tal se você encontrasse as sete diferenças entre estes lindos tecidos africanos. Ah! E não se esqueça de pintá-los com cores bem fortes e bonitas.



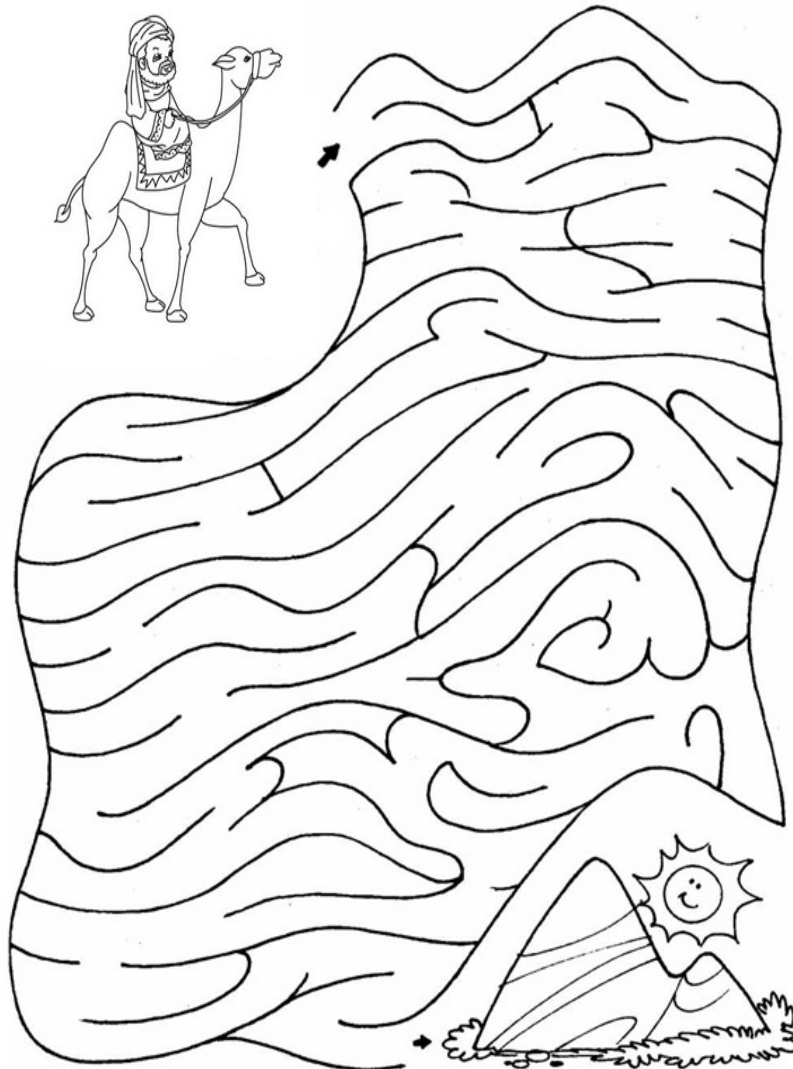
Entre os dois desenhos há sete diferenças. Descubra-os!



Viajando com os Tuaregues

Os Tuaregues são descendentes de um povo chamado Berberes e são habitantes nômades (não moram em um lugar fixo, vivem mudando de lugar) do deserto do Saara. Seu meio de locomoção é o camelo, pois eles viajam pelo deserto a procura de salinas., depois eles comercializam o sal retirado do deserto e vivem destas vendas. Eles têm como vestimenta característica um véu azul, com o qual cobrem toda a cabeça e a maior parte do rosto deixando só os olhos descobertos, para protegerem-se do sol muito forte e das tempestades de areia. Esta vestimenta também caracteriza sua religião islâmica. Os Tuaregues tem um senso de direção no deserto capaz de dispensar o uso da bússola. Eles andam por meses em caravanas (conjunto de indivíduos que viajam juntos) atrás de salinas no deserto do Saara.

Já que você sabe quem são os Tuaregues, ajude-o a chegar nas salinas do Deserto do Saara!



Você sabia?

As duas universidades mais antigas do mundo estão no continente africano. A Al Quaraouiyine foi fundada no ano 859 na cidade de Fez no país Marrocos. Isto mesmo, esta universidade tem mais de mil anos! E não é só ela, a segunda universidade mais antiga do mundo também está em terras africanas, é a Al-Azhar, fundada no ano de 988 na capital do Egito, Cairo. Esta também tem mais de mil anos de existência e as duas funcionam até hoje, recebendo muitos estudantes.

Símbolos Adinkra

Entre as diversas formas culturais dos povos africanos existem também os símbolos **Adinkra** (Adeus em língua tradicional) reproduzido nos países de Gana e Costa do Marfim. Adinkra são símbolos que representam sentimentos nobres, conhecimentos, crenças e experiências destes povos. Existem centenas de símbolos Adinkra e eles são considerados uma forma de arte e um código. A maioria deles é muito antiga e vem sendo transmitida de geração em geração.

Aqui tem alguns dos símbolos Adinkra e seus significados para você conhecer mais.



Proteção



Paciência



Tolerância



Unidade



Adaptação



Liderança



Aprender



Compartilhar



Mudança



Humildade



Sabedoria



Iniciativa

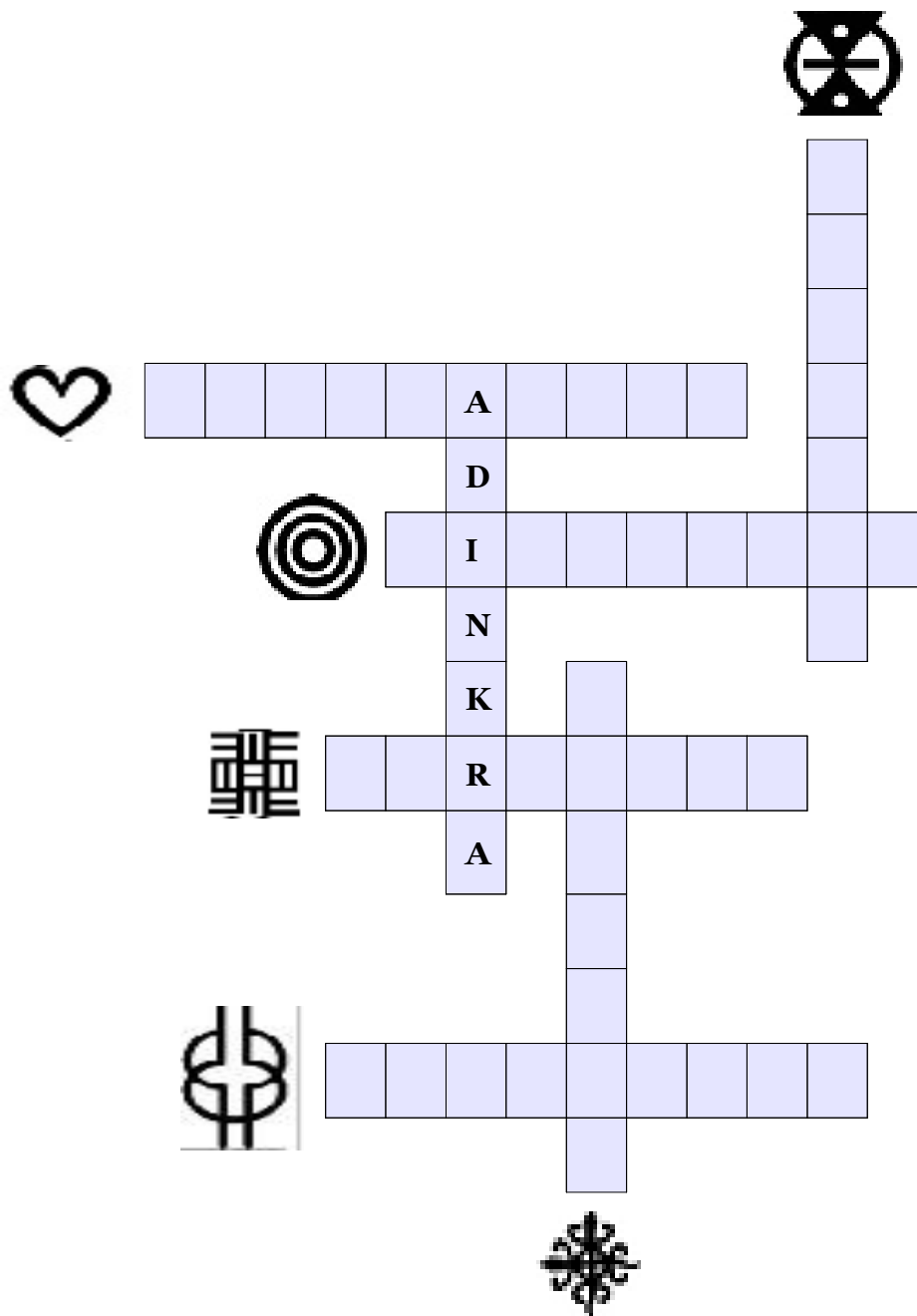


Aprender com o passado

Você sabia?

Banto é uma família de línguas que abrange mais de quatrocentas variantes, derivadas todas de uma mesma língua ancestral chamada “protobanta”

Agora vamos ver se você aprendeu o significado de alguns símbolos Adinkra. Preencha a cruzadinha com o significado de cada símbolo.



Você sabia?

No continente africano são faladas mais de 2 mil línguas e inúmeras religiões tradicionais que convivem com o islamismo, o catolicismo e o protestantismo.

Jogo da Memória

As religiões na África são muito diversificadas. O cristianismo e o islamismo convivem com muitas outras religiões tradicionais. Mas uma das mais praticadas é a de um povo chamado Iorubá. A religião Iorubá é realizada com cantos, batidas de tambores e danças que eles acreditam ser a forma de se comunicar com o mundo espiritual dos deuses e dos ancestrais. Olodum Maré é o ser mais importante da religião Iorubá e ele é representado de várias formas pelos Orixás que orientam seus devotos sobre várias coisas da vida e do cotidiano.

Máscaras e roupas especiais, ervas e comidas, danças e cantos, discursos emocionados e músicas são parte de um bonito ritual.

Aqui tem alguns dos muitos Orixás da religião Iorubá. Depois de pintá-los bem bonitos recorte-os e você terá um jogo da memória poderoso!



OGUM
Orixá dos
caminhos,
lesbravador e
conquistador



OGUM
Orixá dos
caminhos,
lesbravador e
conquistador



OXUMARÉ
Orixá do
movimento
constante e
das
ativdades



OXUMARÉ
Orixá do
movimento
constante e
das
ativdades



OXÓSSI
Orixá dos
animais, das
florestas e da
caça (só para
comer)



OXÓSSI
Orixá dos
animais, das
florestas e da
caça (só para
comer)



OBÁ
Orixá
protetora
das
mulheres,
do amor e
das paixões



OBÁ
Orixá
protetora
das
mulheres,
do amor e
das paixões



XANGÔ
Orixá da
justiça,
do fogo e
do poder



XANGÔ
Orixá da
justiça,
do fogo e
do poder



OXALÁ
Orixá da
ordem, da
limpeza e
da pureza



OXALÁ
Orixá da
ordem, da
limpeza e
da pureza



EXÚ
Orixá
brincalhão,
mensageiro,
faz o contato
entre a terra
e o universo
dos Orixás



EXÚ
Orixá
brincalhão,
mensageiro,
faz o contato
entre a terra
e o universo
dos Orixás



NANÃ
Orixá da
origem das
coisas,
protetora
das mães



NANÃ
Orixá da
origem das
coisas,
protetora
das mães

Glossário:

Ancestrais – parentes muito antigos que já morreram.

Arquivistas – aqueles que guardam e organizam documentos.

Colonos/Colonizadores – aqueles que invadem em um território para impor seu modo de vida.

Comercializavam – vendiam ou trocavam por outro produto valioso.

Cultuavam – faziam homenagens.

Decorativo – o que tem a função de enfeitar, tornar mais bonito e agradável.

Derivados – que vem de algo.

Devoto – aquele que é fiel a uma divindade.

Hominídeos – habitantes primitivos considerados os mais antigos antepassados da humanidade atual.

Locomoção – levar algo ou alguém para onde se precisa chegar.

Matéria-prima – algum produto usado para a fabricação de algo.

Resistência – força que se opõe a outra, que não aceita a imposição da outra.

Ritual - momento das práticas religiosas.

Salinas – área de onde o sal marinho é retirado.

Súditos – moradores de um reino que devem obediência ao rei.

Testemunho – falar algo sobre um acontecimento que tenha visto.

Versátil – pessoa que se acostuma facilmente com várias situações.

SOLUÇÕES

Atividade página 5

“Ser feliz é melhor do que ser rei”
“O amanhã pertence aos que se preparam hoje”
"Aquele que não sabe dançar irá dizer que a batida dos tambores está ruim"
"Aquele que aprende, ensina"

Atividade página 6



Atividade página 8

- 1- MADAGASCAR
- 2- ZÂMBIA
- 3- MARROCOS
- 4- MALI
- 5- CHADE
- 6- ARGÉLIA
- 7- SUDÃO
- 8- CONGO
- 9- ZIMBÁBWE
- 10- UGANDA

P I R Â M I D E

Atividade página 9

I Ú

O M

N I

I A

L

C L E O P A T R A

O

L

Á F R I C A N O

T

E

Í

S

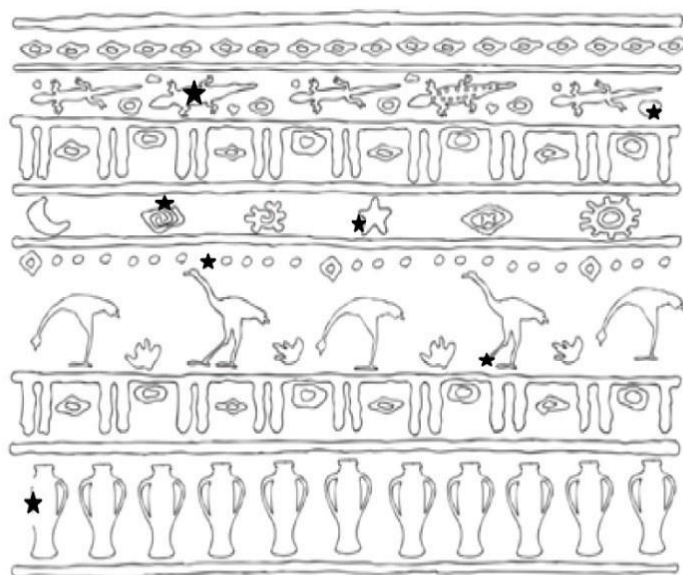
M

O

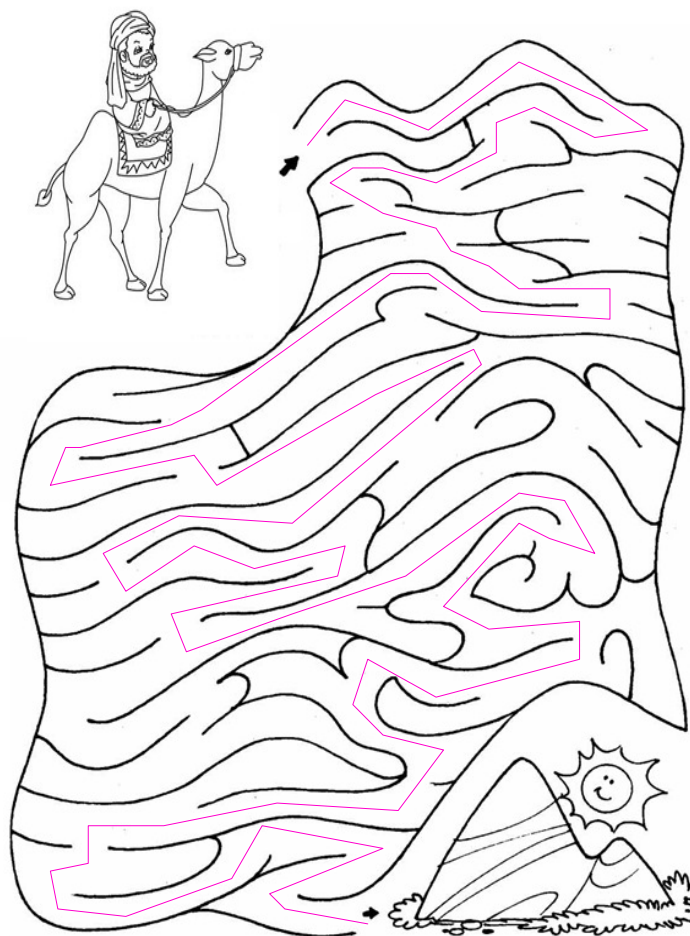
Atividade página 10

CRGCHWUJWJBFBRGWJBFBRGG FUXICO BAKO
CBEAMFOIOANNNDNDVPBGEGGPBGEGGBDBN
M UGNA FFNAXNTRADORA OPIUIÇÃ OORA OPIU
TROVFGHBCUEHMHGHVVFVCHGHVFRETYGEZ
CAFOFODM GINGÁ SEHDEEGSGEESOMAGDV
ADGEDGGBWOTEDDNO CACEVCACECAVIVFLÇ
FOREEACXSZQCXSZQTTYHFG Ó LIJ EJDEÀBN
UAMO ODVDRDDVDRRFE RACUTUC BJBODPOD
NIRÓ GEMSCDVRTGVBIBVIVRTGVBHJNMKIOO
DOSBJVUABNRRTHEHBAJIAQRDBRAMORAMO
ÓRVOFT BATUQUE HOFOFIVFÇVHFRFIVFÇVHFK
HÇFEEBVPLAQQEGBVEREEGBVEBRELDHIÃDI
JKGKTÃISSIEISISIEA GANDAIA ASIDESIDESIAR
QUOVKHARS DGRIFDGGDBCJAIEGJAIEODIM

Atividade página 11



Atividade página 12



M
U
D
T O L E R Â N C I A A
D N
L I D E R A N Ç A
N A
K U
A P R E N D E R
A I
D
A
S A B E D O R I A
E

*Espero que você **tenha gostado** e se **divertido!***



PARTE III – PORTFÓLIO

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
Instituto de Ciência Humanas – ICH
Especialização em História da África

Tarcília Edna Fernandes do Nascimento

Portfólio
Pós-Afrikas

Juiz de Fora

2017

História de vida e memória

Há sete meses estava me candidatando a uma vaga no curso de Pós Graduação em História da África. Naquele momento eu estava movida pela consciência de que as relações raciais em nosso país mereciam mais atenção, pois são permeadas por grande complexidade, consciência esta adquirida durante toda a minha formação como cientista social e posteriormente como professora da rede pública de ensino. Durante a graduação, nos estudos de Antropologia brasileira e Pensamento social brasileiro, tive acesso desde aos evolucionistas da primeira vertente dos estudos sobre raça no Brasil, representados por Nina Rodrigues, Sylvio Romero e Oliveira Vianna, passando pela segunda corrente, e criadora do mito da democracia racial, de Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Arthur Ramos; a terceira vertente na qual se tira o foco das questões raciais para afirmar as questões econômicas como as verdadeiras propulsoras das desigualdades, tendo como expoentes Florestan Fernandes, Costa Pinto e Pieterston; até chegar na quarta vertente, influência fundamental para os movimentos negros da década de 1970, representada por Abdias Nascimento.

O estudo de toda esta complexidade das ciências sociais acerca da questão racial no Brasil me chamou muita atenção, prova disso é que para projeto de mestrado optei por trabalhar com uma política pública racial, as cotas. Assim minha dissertação em Sociologia da Educação pela UERJ, foi defendida em 2015 com o título: Cotas na Medicina: perfil, desempenho e percepções. Neste trabalho pude me aproximar ainda mais das questões raciais e com minha pesquisa investigar as dificuldades de se inserir negros em espaços elitizados e antes brindados à entrada destes atores. Haja vista, o perfil dos estudantes de Medicina no Brasil anteriormente a política de cotas raciais, ou até mesmo após elas, quando pude constatar que mesmo sendo 20% das vagas destinadas para estes estudantes ainda não se verifica este percentual de negros naquele espaço. E mesmo aqueles que se encontram ali não se identificam como merecedores da reserva de vagas, a maioria dos negros entrevistados por mim eram contra a política de cotas, pois se recusavam a se verem como vítimas de racismo que os prejudicaria na corrida pelo diploma universitário. Se negam a reconhecer que o fato de serem negros lhes traria alguma desvantagem.

Assim como na pesquisa, na prática pedagógica percebo que meus alunos, que são em sua maioria negros, estão em uma constante luta contra sua identidade racial. Eles não admitem

se reconhecer como negros, mas não sobre a cor de suas peles, e sim por todo o conjunto de práticas e costumes a ela relacionados. Poderia citar inúmeros exemplos, como o cabelo crespo que é insistentemente submetido a produtos extremamente nocivos, a intolerância em relação às religiões de matriz africana, chamadas de macumbas e associadas ao mal, as piadas de cunho racista, alcunhas e xingamentos que usam como ofensa as características fenotípicas do negro, e até mesmo a incompreensão da política de cotas como uma ação de promoção de igualdade de oportunidades.

No entanto, o que vem me chamando mais atenção nos últimos meses, é a negação de um estilo musical muito comum entre eles, o *funk*. A despeito de qualquer discussão sobre cultura de massa, posição de gênero, apologia a violência e etc, que este estilo musical possa suscitar, o *funk* é uma produção cultural própria dos grupos, jovens, negros e pobres das periferias brasileiras. O que percebo é que eles fogem desta identificação com o funk para negar certas características que são associadas a negritude e com isso ao inferior e ao indesejável.

No entanto a sensibilidade para com estas questões só me foram de fato provocadas graças a problematização do conceito de raça, racismo e racialismo. Temas propostos pelo curso de História da África. É sabido que o uso do conceito de raça no âmbito biológico hierarquizou grupos humanos e foi a sociologia, crítica deste uso, que propôs o uso do termo etnia para incluir questões culturais além do fenótipo. O uso do conceito de raça foi criado para controle político amparado na teoria da evolução das espécies, escola evolucionista antropológica e o darwinismo social que contribuíram para o fortalecimento do racismo. Como propunham diferenças biológicas, criaram uma correspondência entre a produção cultural de cada sociedade e a capacidade intelectual do indivíduo.

Desde o século XVIII até a década de 1950, raça foi operacionalizada para dominar e justificar subordinação. Até que a ONU propôs o fim do uso do conceito racial. Mas é muito importante destacar que o fim do reconhecimento de raças não significou que o conceito deixasse de operar. Ou seja, desde que raça deixou de ser vista como uma categoria científica após a segunda guerra, mesmo assim continuamos a pensar os grupos sociais por este crivo, ainda que agora de forma implícita e velada.

A problematização do racismo passa pela descoberta do continente africano como elemento fundamental da história da humanidade. A África tal qual conhecemos hoje foi criada pelos europeus, o nosso modelo de ciência é organizado e estruturado por normas ocidentais e

eurocêntricas. A própria problematização do nosso pensamento é fundamental para nos distanciarmos de um modelo preconceituoso. E isso tem sido trabalhado no curso de Especialização em História da África a cada aula, pois consiste no primeiro passo rumo ao fim das desigualdades raciais em nosso país.

Diante destas experiências posso dizer que me sinto a cada fim de semana mais segura e qualificada, no que diz respeito ao conhecimento e conscientização de nossos problemas raciais. Ainda que seja delicado e estejamos distantes de conseguir trabalhar estes assuntos de maneira menos tensa, dada as dificuldades encontradas na comunidade escolar e até mesmo entre os próprios alunos. Hoje trabalho em duas redes de educação, a estadual do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais. A época da escrita da carta de intenções eu trabalhava somente no Estado do Rio de Janeiro, e percebo que a dominação do neo-pentecostalismo é grande nos dois estados e que as situações de racismo e preconceito também são muito frequentes e comuns nos dois contextos.

Consegui perceber também que houve uma reaproximação do Brasil com a África desde o governo Lula representada no âmbito escolar, pela Lei 10.639/03. Isto faz toda a diferença já que sabemos que a produção de currículos escolares são seleções de memórias, e durante muitos anos de nossa história selecionou-se silenciar a memória da nossa matriz africana e todas as contribuições dela. Como professora de escola pública sentia-me pouco embasada e carente de referências em relação a um assunto que, ao mesmo tempo em que é tão próximo e imprescindível à nossa compreensão enquanto povo brasileiro foi durante muitos anos negligenciado tanto nas escolas quanto no ambiente acadêmico.

Agora me vejo responsável pela construção do conhecimento da história da África e a desenvolver um trabalho de conscientização da construção histórica de nosso povo e promoção de auto-estima, bem como reconhecimento da importância das manifestações culturais a ela relacionadas.

Repensando a aprendizagem: leituras críticas a partir da práxis

Nesta etapa do portfólio pretende-se mostrar o cruzamento entre a prática e as aprendizagens adquiridas no curso, o que leva, inevitavelmente, a uma reflexão crítica sobre a práxis profissional e acadêmica.

Desde que iniciei a pós-graduação em História da África vejo que tanto as minhas práticas docentes quanto as minhas práticas acadêmicas sofreram uma grande transformação. Em relação a minha atuação como professora, percebo que agora dou mais ênfase para as questões raciais e os meandros desta problemática nos fenômenos sociais brasileiros. Trabalho como professora em dois estados diferentes e com currículos diferentes e ambos destacam as questões raciais como tema em algum bimestre em, pelo menos, um dos anos do ensino médio. Ainda que este tema possa e deva ser suscitado em vários momentos e em vários assuntos, é importante que tenhamos uma regulamentação que oriente o tratamento destas questões.

Os currículos de Sociologia propõem análises e discussões próprias do pensamento sociológico e devem ser desenvolvidas visando o melhor entendimento da sociedade brasileira. O objetivo é tratar de temas importantes e de grande interesse para o nosso país que contribuam para que os estudantes percebam com clareza o contraste e as diferenças entre a abordagem sociológica das questões em foco e as visões do senso comum que constantemente suscitam o comportamento preconceituoso. E é neste contexto que se insere a necessidade de se tratar de temas referentes às questões raciais na sociedade brasileira.

No Estado do Rio de Janeiro o tema é sugerido pelo Currículo Mínimo ao primeiro ano do ensino médio, no eixo quatro, chamado “Preconceito e discriminação”, tendo as seguintes habilidades e competências a serem trabalhadas: refletir sobre os processos de estigmatização e rotulação de determinados grupos e sujeitos sociais; identificar as diferentes formas de preconceito, discriminação e intolerância, compreendendo suas inter-relações e sobredeterminações; perceber o caráter multicultural da sociedade brasileira e identificar a emergência das políticas de ação afirmativa como formas de discriminação positiva.

Em Minas Gerais, outro estado no qual trabalho, o tema é proposto com mais especificidade. O eixo temático três do Conteúdo Básico Comum (CBC) de Sociologia traz como primeiro tópico o tema “Raça e seus efeitos sobre desigualdades e discriminação racial no Brasil; Raça e mobilidade social”, cujas habilidades básicas a serem desenvolvidas são: identificar os

processos de preconceito e discriminação racial no Brasil; ler e analisar tabelas simples sobre dados de mobilidade e estratificação social no Brasil. Estas habilidades são acompanhadas de temas complementares: a constituição multirracial da sociedade brasileira; a questão da discriminação de minorias na sociedade brasileira: índios, gays, idosos.

É muito importante a avaliação crítica destes documentos, pois são eles que regulamentam e orientam a prática em sala de aula, mas não podemos deixar de reconhecer a validade de ser ter este tipo de registro. Em alguns casos é preciso recorrer a ele para legitimar e justificar o que se quer propor em sala de aula. Digo isto porque ainda nos deparamos com barreiras religiosas e culturais na hora de falar sobre África, racismo e desigualdade. Muitas vezes estas barreiras partem dos próprios alunos.

Com toda a dificuldade que possa aparecer é muito importante que estejamos bem embasados e respaldados para que não sejamos impedidos de transpassar os currículos eleitos até então e que não alcançam nem a nossa realidade atual e nem a passada. A proposta do curso de Pós-Graduação em História da África consiste em romper com esse olhar desfigurado em relação às pessoas, culturas e histórias africanas, tendo como um dos vetores o combate ao racismo. O olhar para o continente africano nos permite perceber as suas heranças na sociedade brasileira, mas também como “outras” realidades e processos históricos, que parecem ser distantes, mas que possibilitam compreender o “nós”. Precisamos repensar e conhecer a história da África, para podermos mudar nossa visão e levarmos este conhecimento para nossa vida e nossas práticas escolares (LAMAS et. al. 2016, p. 8).

Em uma aula sobre racismos – no plural – tudo estava sendo perfeitamente aceito até que cheguei no ponto que tange aos racismos religiosos. Em um momento, ao dizer que a associação das religiosidades de matriz africana com o mal era uma construção ideológica e racista, houve uma perturbação muito grande na turma de segundo ano na qual eu estava trabalhando. Ocorreu uma reação instantânea de um estudante protestante, que falou sobre a maldição de Cam sobre a África. Este aluno argumentou com passagens da Bíblia justificativas para o “atraso” da África, o que fez surgir em muitos outros alunos, que se sentiram ofendidos e chocados, uma reação contrária. Os ânimos, das duas partes ficaram muito exaltados, mas os resultados, de toda forma, foram muito interessantes e proveitosos para todos que participamos do debate. Para o aluno que expôs sua visão cristã foi importante para que este ponto de vista fosse colocado defronte a outras formas de ver a diversidade religiosa. Para aqueles que contra-argumentaram, uma oportunidade

de sistematizar e operacionalizar o raciocínio sobre os seus pontos de vista. Para mim foi a chance de contribuir para a aplicação de um novo currículo, ou seja, contribuindo para reescrever uma nova história dos conteúdos escolares.

Não consigo deixar de creditar às aulas e às leituras do módulo II do curso em História da África, o qual foi todo ministrado pela professora Sônia Regina Miranda. Este módulo foi muito importante para minha prática docente por ter problematizado as seleções feitas para os currículos escolares. Segundo Michael Pollak (1989) a memória está em disputa, ele diz que:

“Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.” (POLLAK, 1989).

Não só os conteúdos escolares passam por esta seleção, mas também todos os outros meios de registro e transmissão de memória. É o caso dos arquivos, como escreveu José Maria Jardim (1995), e das exposições dos museus. Pensando nisso a professora Sônia propôs uma visita ao Museu da Maré, localizado no Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro.



A intenção do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem lembradas e os lugares de memória a serem lembrados são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e por isso, uma versão que limita as representações da história e da

memória de grandes parcelas da população. Por isso, o Museu da Maré, como uma iniciativa pioneira no cenário da cidade, se propõe a ampliar o conceito museológico, para que este não fique restrito aos grupos sociais mais intelectualizados e a espaços culturais ainda pouco acessíveis à população em geral. A favela é lugar de memória e por isso nada mais significativo do que se fazer uma leitura museográfica a partir de tal percepção.



Para Francisco Régis Lopes Ramos:


Se não há, na materialidade das coisas, um depósito de sentidos disponíveis conforme a ocasião e o interesse dos sujeitos, é

correto inferir que o que se escreve sobre um artefato torna-se, também, uma maneira de lhe dar existência e uso, uma maneira de oferecer-lhe nome e visibilidade. Além de carregar pistas sobre os princípios que fundamentam a ideia de museu e sua relação com as maneiras de escrever a história (...) (RAMOS, 2011).

O que as aulas, as leituras e a visita ao Museu ensinam é que diante das seleções impostas num processo de disputa da memória há histórias silenciadas e esquecidas. É o que temos feito com a história africana na constituição da nossa formação brasileira e com todo o legado advindo destas populações escravizadas. É importante, portanto desconstruirmos a rigidez dos currículos para introduzirmos as histórias silenciadas por séculos e dar substância a Lei 10.639/03.




Fora da escola, as minhas produções acadêmicas também foram sensivelmente afetadas pelas aprendizagens da Pós-Graduação em História da África. Eu que escrevi uma dissertação sobre ações afirmativas em 2015, hoje tenho um olhar mais político sobre a confecção do meu trabalho e sobre o tema abordado. Mas só tive a oportunidade de rever meu trabalho quando fui convidada para compor uma mesa sobre racismo institucional no I Seminário Sobre Cotas Raciais e Racismo Institucional da Frente pela Democracia do HUPE/FCM da UERJ: “A casa grande surta quando a senzala vira médica?” em junho deste ano.



I Seminário Sobre Cotas Raciais e Racismo Institucional da Frente pela Democracia do HUPE/FCM da UERJ

A Casa Grande surta quando a Senzala vira médica?

Anfiteatro Ney Palmeiro - HUPE
Dia 09.06
a partir das 09:00h

A necessidade de criar um evento sobre a pauta racial no complexo de educação e saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro é identificada há alguns anos. A oportunidade de organização deste debate para o qual convidamos você emergiu de uma reação de uma médica do Hospital Universitário Pedro Ernesto, da UERJ ao cartaz da aluna de medicina da Faculdade Santa Marcelina, SP no início de abril de 2016, fato que gerou muita repercussão nas redes sociais e deixou no ar a questão que não quer calar: A Casa Grande surta quando a Senzala vira médica?

Na busca de respostas, discentes, docentes e técnico administrativos que integram a Frente pela Democracia da FCM/HUPE em parceria com o Coletivo NegroX e profissionais de outras áreas no campo da saúde, buscam ampliar as vozes e organizam este debate acerca da questão racial, do racismo institucional, das cotas raciais e seus impactos na Faculdade de Ciências Médicas da UERJ e na ação assistencial dos profissionais de saúde do HUPE.

Programação

Mesa 1
9:00 - 11:30

Racismo de Estado na Sociedade Brasileira e estratégias de resistência: as cotas raciais em questão

Mesa 2
13:30 - 15:30

Saúde da População Negra no Brasil: experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer.

Encerramento
15:45 - 17:00

“A Casa Grande surta quando a Senzala vira médica?”


Cabe destacar que a presença de alunos negros na faculdade de Medicina da UERJ trouxe impactos objetivos e simbólicos à sua conformação institucional e impôs desafios e possibilidades relacionados à educação e cuidado.

O “I Seminário Sobre Cotas Raciais e Racismo Institucional da FCM/HUPE UERJ: A Casa Grande surta quando a Senzala vira médica?” traz para o foco as questões acima destacadas.

“Pessoas e organizações que se beneficiam do racismo institucional são refratárias a mudanças voluntárias do status quo.”

- Gary King

Institutional Racism and the Medical/Health Complex
a conceptual analysis



Fui convidada para esta mesa porque em 2013 iniciei meu mestrado em Ciências Sociais e fiz uma pesquisa na Faculdade de Ciências Médicas. Finalizada em 2015 e que recebeu o nome de “As cotas na medicina: perfil, desempenho e percepções.” Logo após a defesa, devido à fadiga que todo o mestrado causa, o mantive-a em ostracismo, que só acabou no momento do convite

para este evento. Iniciei então uma releitura da minha dissertação. No entanto, esta dissertação já era outra, foi automática uma leitura sob a ótica de muitos conceitos que só aprendi após a escrita. Ao preparar a apresentação me dei conta que não apresentaria minha dissertação, mas a convergência daquela pesquisa com as novas inquietudes provocadas pelas aprendizagens sobre História da África.

As aulas do professor Marcos Dias Coelho contribuíram para uma reelaboração da minha escrita, sobretudo as aulas do Módulo I: “Raça, racialismo e racismo” e “Imaginários sobre a África no Brasil”. O reencontro com minha dissertação e a aplicação dos conceitos tratados nas aulas gerou uma minipalestra sobre o racismo em espaços elitizados. A seguir faço um resumo desta minipalestra, com os principais pontos abordados.

Em 2013 a política de cotas no Brasil tinha acabado de ser regulamentada pela presidenta Dilma, pela lei 12.711/2012 que determinou reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais, a serem aplicadas gradativamente por quatro anos, ou seja, 2016 é o ano limite para a aplicação total das leis. A lei reserva 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, sendo 25% para estudantes com renda menor que salário-mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário-mínimo e meio. E dentro desta reserva será levado em conta percentual da soma de pretos, pardos e indígenas de cada estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas, bem antes disso, desde 2001 quando ocorreu na África do Sul, a conferência mundial contra o racismo, muitas universidades brasileiras começaram a implantar reservas de vagas. Muitos testes foram feitos porque existia uma autonomia das universidades pela falta de regulamentação.

Ainda que tenha sido reconhecida a necessidade de favorecer o acesso das populações negras e indígenas no ensino superior, as propostas tendem a unir as duas categorias, juntando critérios raciais aos critérios socioeconômicos. Por exemplo, cotas raciais com limitantes de renda ou de origem escolar. O que foi implantado então foi um modelo híbrido que considera a determinação socioeconômica sem deixar de considerar o fator raça como uma sub-reserva (uma reserva dentro da reserva).

A criação das cotas na UERJ foi determinação estadual através de uma lei em 2003, foi o vestibular SADE (sistema de acompanhamento e desempenho do estudante do ensino médio).

Assim em 2003 50% das vagas da UERJ foram reservadas para estudantes de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. E 40% destes 50% para estudantes que fossem negros ou pardos.

E hoje o sistema de cota das UERJ funciona da seguinte forma: reserva de 45% das vagas, sendo 20% para estudantes de escolas públicas, 20% para negros, pardos e indígenas, e 5% para deficientes e filhos de policiais mortos ou incapacitados em serviço. Tendo estes que atender à condição de carência socioeconômica definida como renda per capita mensal bruta igual ou inferior a R\$ 1.017,00.

Em 2003 mesmo sendo uma determinação de cima para baixo a UERJ debateu esta implantação nos conselhos e a política encontrou reações de alguns setores da universidade, um deles foi dos representantes da FCM e o centro acadêmico de medicina (Casaf)

“As cotas não são a solução para a educação, pois mascaram falhas do sistema público de educação média e fundamental. Dão acesso à Universidade a quem o próprio governo assume que não tem a mesma quantidade de conhecimento e, portanto são de alguma forma sem fundamentos cognitivos para o nível universitário por falta de acesso à educação” (CONSUN, 2003).

Este argumento não foi só de opinião destes estudantes, mas também de muitos outros representantes no conselho. O mérito foi muito recorrido por aqueles que reagiram às cotas se dizendo preocupados com os níveis dos cursos, com a manutenção deste alunos na faculdade, sempre desconfiando da possibilidade de que estes estudantes se fixassem ali com qualidade e eficiência.

Em 2013 quando iniciei a pesquisa a UERJ contava com 10 anos de política de cotas e por isso já poderia apresentar as transformações ocorridas na UERJ em decorrência da política de cotas.

Nas entrevistas realizadas com estudantes da FCM, tanto cotistas como não cotistas, não foram relatados casos de hostilidade contra cotistas, nem por serem negros e nem por serem de escolas públicas, o que foi visto é que a maioria deles eram contrários a reserva de critérios meramente raciais. Sempre se falava de exigência de comprovação de carência por parte do beneficiado afrodescendente. Esta foi uma característica que se fez presente nos discursos analisados aqui como um fator fundamental de justiça.

Ou seja, existe uma dificuldade enorme de se aceitar políticas estritamente raciais no Brasil, porque existe uma dificuldade de assumir o racismo. E o não reconhecimento do racismo

é umas das formas mais cruéis de racismo que praticamos, porque simplesmente deslegitimamos a luta e inferiorizamos as demandas. Assim qualquer política racial é vista ao contrário, como perturbação da harmonia racial que nunca existiu e até como injusta.

Outra coisa relatada é uma mobilidade (uma ascensão) decorrente de esforço puramente individual, sendo alcançado unicamente pela vontade de vencer do estudante. É considerado uma conquista individual e não fruto de lutas políticas de determinados grupos ou classe social.

A conclusão do impacto da política de cotas no profissional e no estudante de Medicina, além da transformação da cara das universidades, é o fato de termos discutido raça e racismo dentro de uma Faculdade de Medicina e a oportunidade de desnudar racismos tão bem guardados.

Com este breve relato é possível observar como o curso tem influenciado tanto nas minhas práticas docentes quanto nos meus estudos acadêmicos, superando as expectativas e os objetivos inicialmente traçados quando ingressei no curso.

Práticas pedagógicas, intervenções e ações sócioeducativas

Chegamos na terceira parte do portfólio, no qual devo apresentar como prática pedagógica intervenções e ações sócioeducativa. O objetivo é apresentar uma proposta que conduza a uma reflexão crítica sobre os conceitos de raça, racismo e etnia; raça, racismo e formas de preconceito e discriminação como resultado das relações e práticas sociais estabelecidas historicamente; desigualdades sociais decorrentes das relações raciais.

Plano de aula

Tema: Raça etnia e multiculturalismo.

Ciclo: 2º ano do Ensino Médio.

Disciplina: Sociologia.

Objetivo geral:

Mostrar o olhar das Ciências Sociais sobre a temática das relações culturais e das desigualdades sociais, com foco na discussão do racismo e suas implicações na forma das sociedades capitalistas contemporâneas, em particular da sociedade brasileira.

Objetivos específicos:

- Refletir sobre os conceitos de preconceito, discriminação e segregação como base para a manutenção das desigualdades sociais.
- Compreender raça, racismo e etnia como aspectos históricos, políticos e sociológicos.
- Problematizar o mito da democracia racial e seu papel como obstáculo na busca pelo fim das desigualdades.
- Reconhecer a pluralidade cultural brasileira

Período:

O período de implementação deste plano de intervenção pedagógica é de 8 aulas de 50 minutos cada, referente a um bimestre completo. O objetivo é que este bimestre culmine na confecção de um material de apelo visual que serão expostos em pontos estratégicos da escola durante a semana anterior ao dia da consciência negra comemorado no dia 20 de novembro.

Metodologia:

Didaticamente irei dividir este planejamento em três momentos interrelacionados e complementares. Em um primeiro momento, abordarei os conceitos de preconceito,

discriminação e segregação como práticas socialmente construídas, que valorizam certos grupos sociais em detrimento de outros. No segundo momento será apresentada a discussão sobre raça racismo e etnia com o intuito de mostrar a substituição do conceito de raça pelo de etnia nos estudos sobre os comportamentos humanos e a dinâmica da interação entre os diferentes grupos sociais. No terceiro momento o tema abordado será o multiculturalismo e da ação afirmativa, conceitos que surgem nas sociedades contemporâneas que visam combater as desigualdades sociais e as várias formas de racismos, preconceitos e discriminações que caracterizam essas sociedades. Em suma, pretende-se com a sociologia, apontar para a importância de se compreender a questão racial como um campo teórico e prático que se fundamenta no respeito às diferenças e aos direitos humanos.

Implementação:

Aula 1 e 2: Apresentação do vídeo “A negação do Brasil” seguido de debate sobre o tema. Este filme propõe uma reflexão sobre os papéis interpretados pelos atores negros nas telenovelas brasileiras que representam personagens que recebem sempre um caráter negativo e estereotipado, como empregados e bandidos. Considerando a importância da televisão no imaginário social, o filme permite uma melhor compreensão sobre a construção social da imagem do negro e seu impacto na autoestima da população negra brasileira. No debate serão suscitadas as novelas de hoje com o objetivo de relacioná-las com o documentário. A finalidade do exercício é procurar mudanças e permanências dos papéis dos atores negros nas telenovelas brasileiras.

Aula 3 e 4: Aulas expositivas com ajuda de texto impresso sobre os três conceitos bases desta temática: Preconceito, discriminação e segregação.

Aulas 5 e 6: Aula interativa sobre o conceito de raça e a idéia equivocada de que a humanidade era dividida em raças “superiores” e “inferiores”, difundidas por teorias racistas que deram suporte à difusão de argumentos pretensamente científicos que justificaram ações políticas de controle social exercidas pelos povos colonizadores europeus. É importante mostrar para os alunos que, contemporaneamente, o conceito de etnia com ênfase na cultura passa a ser associado à diversidade cultural, e tem como referente principal os processos históricos e culturais construídos pela interação social.

Aulas 7: Para tratar de multiculturalismo usarei imagens de situações típicas da cultura brasileira que trazem influências de outras culturas que ajudaram na formação do povo brasileiro, sobretudo da cultura africana. O intuito é mostrar que o multiculturalismo varia conforme o

contexto sócio-histórico em que ocorre seu surgimento e apresenta diferentes definições e ponto de vista, mas antropológicamente é uma ideia que combate o monoculturalismo por considerar a sociedade uma convergência de diferentes culturas que se misturam e formam diversos mosaicos culturais, pois não existe um padrão único e universalmente válido de cultura.

Aulas 8: Orientação e organização das ideias dos alunos para os cartazes que serão confeccionados para a decoração da escola em razão da semana da consciência negra. O tema proposto é a valorização da diferença e resistência ao colonialismo cultural e uma nova maneira de ver o mundo. Trata-se de um pequeno projeto político na luta pela superação da discriminação de culturas minoritárias, pelo reconhecimento público dos valores dessas culturas e aponta a importância da comunicação e da interação entre as culturas como meio de produzir novos conhecimentos e outras interpretações simbólicas do mundo.

Considerações Finais

Nesta etapa pretende-se fazer um balanço de todo resultado obtido até aqui, sem, no entanto, ter um aspecto de encerramento, uma vez que todo o conhecimento construído não se encerra. Agora ele se transforma em potência para novos projetos. Tanto na atuação como professora, onde me sinto mais motivada para promover a conscientização de meus alunos e colegas, como também na vida acadêmica que conduzo paralela a escola. Aqui apresento apenas uma reflexão final sobre toda a trajetória percorrida durante a pós-graduação e as inquietações que o curso me proporcionou.

O que ficou profundamente marcado em mim, além de todo o aprendizado sobre a História da África propriamente dita, é que durante todo o percurso da nossa história, a contribuição dos escravizados tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacadas as suas qualidades como escravos, produtores de uma riqueza de que não participavam. Por isso a importância capital de abordar na escola a cultura afrobrasileira. Nós professores tivemos a oportunidade de nos apropriar de uma literatura que é fundamental para abordar o assunto em sala de aula. Isso implica também provocar a necessidade de desconstruir mitos e estereótipos sobre as expressões culturais de matriz africana no Brasil. E o caminho para isso é o conhecimento e a valorização através de um rompimento com o eurocentrismo reproduzido há cinco séculos. Precisamos saber quem são estes elementos que nos compõe, qual a sua história, cultura e tradição e quais são suas influências no cotidiano comum do brasileiro.

Visando ao aprimoramento acadêmico e profissional, o curso teve como objetivo promover uma reflexão abrangente sobre as relações raciais na formação social brasileira e o estudo sobre a história da África, este continente tão extenso, complexo e rico em diversidade, mas que é sistematicamente negligenciado pela historiografia mundial. Teve também como objetivo o aprofundamento da compreensão de aspectos centrais da história moderna e contemporânea no que tange as interrelações com a história da sociedade brasileira, considerando as diferentes populações que a compõem.

Aqui também é o momento para se valorizar as práticas de pesquisa e reflexão, como elementos importantes para enfrentar os atuais desafios à plena integração social e ao exercício da cidadania de todos os brasileiros. Diante disto, proponho como trabalho de conclusão do curso

um material didático que possa alcançar crianças e adolescentes sobre os quais temos a responsabilidade de estimular a reflexão e o desmascarar do senso comum.

No entendimento de que o ensino fundamental é o ambiente mais frutífero para desenvolver idéias de forma mais lúdica, proponho um trabalho dirigido a este público. Segundo os dispositivos legais¹ da Lei 10639/03, a diversidade étnico-racial no ensino fundamental deve ter como ações primordiais:

- 1) A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo;
- 2) Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro;
- 3) Abordar as situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aula;
- 4) Combater posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- 5) Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e cultura do povo negro;
- 6) Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, como postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Na intenção de atender as prescrições acima e as reflexões do curso proponho um material didático que aborde a história das principais etnias africanas que formaram o povo brasileiro. Meu objetivo é valorizar outras histórias e romper com a forma eurocêntrica de interpretar o mundo, além de desconstruir estereótipos reproduzidos cotidianamente nas práticas sociais.

¹ Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, MEC, 2006, p.70-71.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 10.636, de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. 19 de maio de 2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL/MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **A escola**: relato de um processo inacabado de construção. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação - Vol 25, número 2, 1995.

OLIVA, Anderson Ribero. **A História da África nos bancos escolares**: representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461.

PEREIRA, Júnia Sales. **Diálogos sobre o Exercício da Docência**: recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 147-172, jan./abr., 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Objetos do Caldeirão**: museu, memória e cultura material (1936-1997). Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, p. 366-384, julho-dezembro de 2011.

SILVA, Afrânio; *et al.* **Sociologia em movimento**. 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

Site consultado

<http://www.museudamare.org.br/joomla/>